



PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA



Ficha Técnica do Documento

Título:	Plano de Ação de Regeneração Urbana
Descrição:	O presente documento consubstancia o Plano de Ação de Regeneração Urbana para o concelho de Celorico de Basto, dando resposta ao Aviso de Candidatura N.ºNORTE-16-2016-10
Data de produção:	09 de março de 2016
Data da última atualização:	29 de junho de 2016
Versão:	08
Desenvolvimento e produção:	Município de Celorico de Basto e GeoAtributo. C.I.P.O.T. Lda.
Coordenador de Projeto:	Dr. Ricardo Almendra GeoAtributo e Dr. Peixoto Lima C.M. Celorico de Basto
Equipa técnica:	Célia Mendes Geografia – Planeamento e Gestão do Território Elisa Bairrinho Arquitetura Paisagista Marta Silva Geografia - SIG e Ordenamento do Território Teresa Costa Geografia – Planeamento e Gestão do Território
Consultores	Manuel Miranda Engenharia Civil
Câmara Municipal de Celorico de Basto	Ivone Silva Geologia Paula Antunes Arquitetura
Código de documento:	045
Estado do documento	Validado pelo município.
Código do Projeto:	191030508
Nome do ficheiro digital:	PARU_Celorico_Basto_v08

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
ÁREA DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL	7
DIAGNÓSTICO	13
1. SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO	16
2. PRINCIPAIS PROBLEMAS E PRIORIDADES	19
3. ANÁLISE SWOT	22
4. DESAFIOS E FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	23
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	25
ARU 1 - PARQUE LÚDICO DE BOQUES – VILA DE CELORICO DE BASTO	26
ARU 2 - PLANO DE PORMENOR DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO TRADICIONAL	27
ARU 3 - VILA DA GANDARELA	27
ARU 4 - VILA DE FERMIL	28
ARU 5 - CENTRO URBANO DA MOTA	29
ARU 6 - ALDEIA DO CASTELO – ANTIGA VILLA DE BASTO	29
MODELO HABITACIONAL	31
MODELO ECONÓMICO	43
REGRAS E CRITÉRIOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO	48
PLANO DE INVESTIMENTO	52
1. IDENTIFICAÇÃO DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	52
2. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	58
MODELO DE GOVERNAÇÃO	60
1. INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE LIDERANÇA E PARTICIPAÇÃO	60
2. INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	63
3. ENVOLVIMENTO DE ATORES	65

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DOS QUATRO NÚCLEOS URBANOS PRINCIPAIS NO CONCELHO DE CELORICO DE BASTO	14
---	----

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - NÚMERO DE INDIVÍDUOS RESIDENTES (N.º) E TAXA DE CRESCIMENTO EFETIVO (%) ENTRE 2011 E 2014	16
QUADRO 2 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO, NAS ARU EM ESTUDO, EM 2011	32
QUADRO 3 - NÚMERO DE EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS NAS ARU EM ESTUDO, E A PERCENTAGEM FACE AOS CENTROS URBANOS	33
QUADRO 4 - ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS DAS ARU ESTUDADAS	35
QUADRO 5 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS LOCALIZADOS NAS ARU DE CELORICO DE BASTO, EM 2011	35
QUADRO 6 - POPULAÇÃO PENSIONISTA/REFORMADA, DESEMPREGADA E EMPREGADA EM CADA UMA DAS ARU, E RESPECTIVO SETOR DE ATIVIDADE	47
QUADRO 7 - ESTRUTURA DE MODELO DE GOVERNAÇÃO	61

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO NOS MOVIMENTOS PENDULARES DOS INDIVÍDUOS EMPREGADOS/ESTUDANTES DO CONCELHO DE CELORICO DE BASTO, EM 2011	17
GRÁFICO 2 - POPULAÇÃO EMPREGADA DO CONCELHO DE CELORICO DE BASTO, POR SETOR DE ATIVIDADE, EM 2011	18

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 1 - ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA DO CONCELHO DE CELORICO DE BASTO	7
MAPA 2 - TIPOLOGIA DA ARU DO PARQUE LÚDICO DE BOQUES - VILA DE CELORICO DE BASTO (ZONA RIBEIRINHA)	8
MAPA 3 - TIPOLOGIA DA ARU DO PLANO DE PORMENOR DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO TRADICIONAL (CENTRO HISTÓRICO)	9
MAPA 4 - TIPOLOGIA DA ARU DA VILA DE GANDARELA (CENTRO HISTÓRICO)	9
MAPA 5 - TIPOLOGIA DA ARU DA VILA DE FERMIL (CENTRO HISTÓRICO)	10
MAPA 6 - TIPOLOGIA DA ARU DO CENTRO URBANO DE MOTA (CENTRO HISTÓRICO)	11
MAPA 7 - TIPOLOGIA DA ARU DA ALDEIA DO CASTELO - ANTIGA VILLA DE BASTO (CENTRO HISTÓRICO)	12
MAPA 8 - ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO DO CONCELHO DE CELORICO DE BASTO	13
MAPA 9 - EDIFÍCIOS RECUPERADOS E O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA ARU DO PARQUE LÚDICO DE BOQUES	37
MAPA 10 - EDIFÍCIOS RECUPERADOS E O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA ARU DO CENTRO TRADICIONAL	38
MAPA 11 - EDIFÍCIOS RECUPERADOS E O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA ARU DA VILA DE GANDARELA	39
MAPA 12 - EDIFÍCIOS RECUPERADOS E O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA ARU DA VILA DE FERMIL	40
MAPA 13 - EDIFÍCIOS RECUPERADOS E O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA ARU DO CENTRO URBANO DE MOTA	41

MAPA 14 - EDIFÍCIOS RECUPERADOS E O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA ARU DA ALDEIA DO CASTELO	42
MAPA 15 - ESPAÇOS DE ATIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO DE CELORICO DE BASTO	44
MAPA 16 - AÇÕES DO PARU DE CELORICO DE BASTO PREVISTAS PARA A ARU DO PARQUE LÚDICO DE BOQUES	53
MAPA 17 - AÇÕES DO PARU DE CELORICO DE BASTO PREVISTAS PARA A ARU DO CENTRO TRADICIONAL.....	54
MAPA 18 - AÇÕES DO PARU DE CELORICO DE BASTO PREVISTAS PARA A ARU DA VILA DE GANDARELA	55

INTRODUÇÃO

O presente documento corresponde à memória descritiva complementar do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) do Município de Celorico de Basto, que visa dar resposta ao Aviso N.º NORTE-16-2016-10 do Programa Operacional (PO) Norte 2020, destinado aos Municípios onde se localizam os centros urbanos denominados de estruturantes sub-regionais e municipais que tencionam mobilizar, para efeitos de financiamento, as prioridades de investimento inscritas no “Eixo Prioritário 4 – Qualidade Ambiental”, mais concretamente a “P.I.6.5 - a adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído”.

Este PARU incide sobre seis Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), nomeadamente a ARU 1 - Parque Lúdico de Boques – Vila de Celorico de Basto; ARU 2 - Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Centro Tradicional; ARU 3 - Vila da Gandarela; ARU 4 - Vila de Fermil; ARU 5 - Centro Urbano da Mota e ARU 6 - Aldeia do Castelo – Antiga Villa de Basto, criadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

O PARU de Celorico de Basto foi desenvolvido de acordo com os requisitos da candidatura contendo a seguinte estrutura:

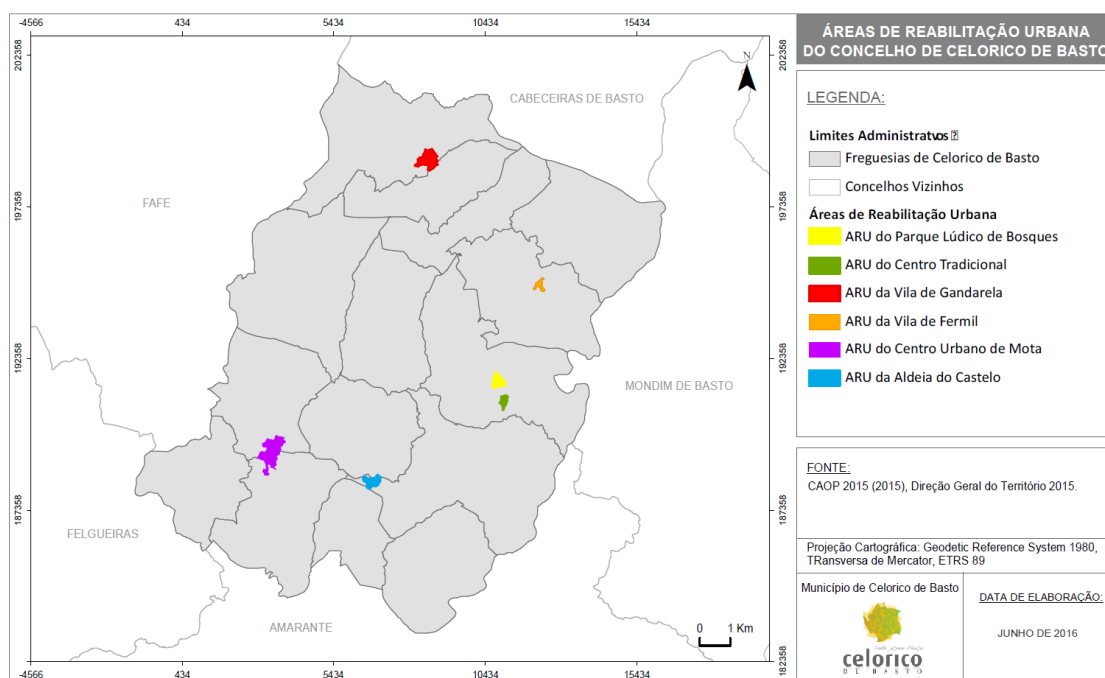
- Área de Intervenção Territorial;
- Diagnóstico;
- Objetivos Estratégicos;
- Modelo Habitacional;
- Modelo Económico;
- Regras e Critérios de Proteção do Património Arquitetónico e Arqueológico;
- Plano de Investimento;
- Modelo de Governação.

Assim, este documento serve de complemento à informação submetida no formulário eletrónico da plataforma Balcão 2020, enriquecido com informação gráfica que permite uma leitura mais inteligível da estratégia proposta.

ÁREA DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL

O presente plano de ação irá incidir sobre seis áreas de reabilitação urbana (identificadas no Mapa 1), duas delas localizadas na Vila de Celorico de Basto (ARU 1 - Parque Lúdico de Boques – Vila de Celorico de Basto e ARU 2 - Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Centro Tradicional), uma em cada um dos centros urbanos de Gandarela (ARU 3 - Vila da Gandarela), Fermil (ARU 4 - Vila de Fermil), e Mota (ARU 5 - Centro Urbano da Mota), e por fim, uma na freguesia de Arnoia (ARU 6 - Aldeia do Castelo – Antiga Villa de Basto).

Mapa 1 - Áreas de reabilitação urbana do concelho de Celorico de Basto



Fonte: GeoAtributo, 2016.

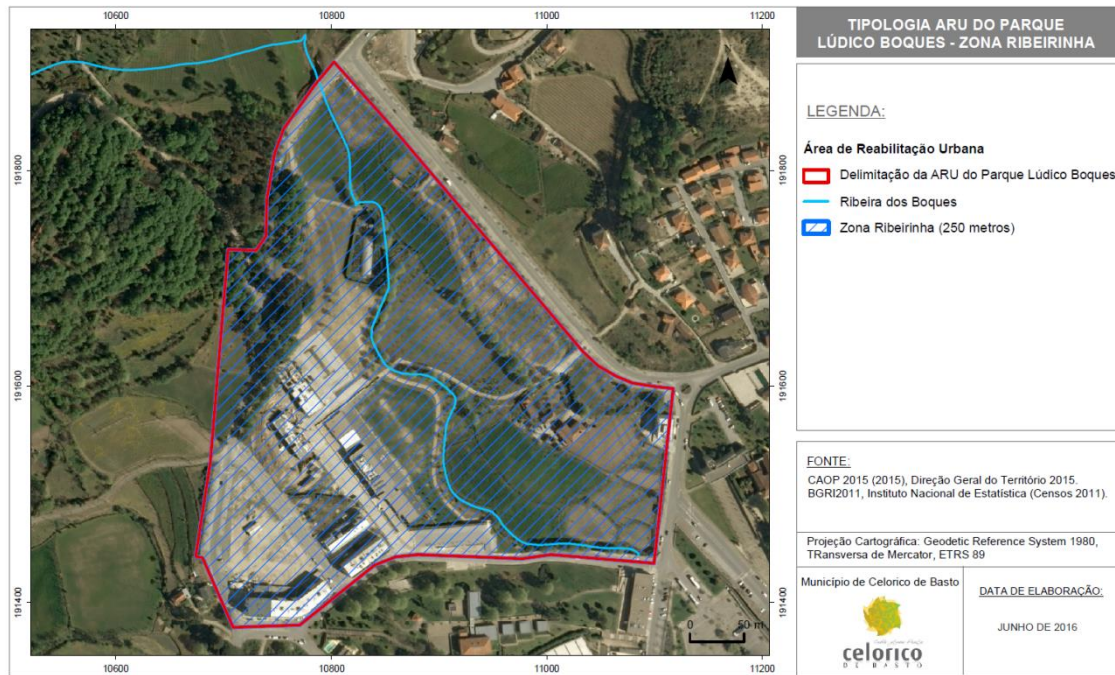
A constituição das cinco primeiras ARU foi aprovada pelo Executivo da Câmara Municipal no dia 16 de janeiro de 2012 e, posteriormente, pela Assembleia Municipal em sessão do dia 23 de fevereiro de 2012, tendo sido publicado em Diário da República no Aviso n.º732/2013, de 16 de janeiro.

Porém, no ano de 2016, o Município de Celorico de Basto procedeu à criação de mais uma ARU (Aldeia do Castelo – Antiga Villa de Basto) e, ainda, à alteração dos limites da ARU da Vila de Gandarela e da ARU do Centro Urbano de Mota, por forma a dar maior coerência territorial e estratégica às ARU já delimitadas. Assim, tanto as alterações como a criação das ARU foram aprovadas pelo Executivo da Câmara Municipal no dia 2 de junho e, subsequentemente, no dia 23 de junho pela Assembleia Municipal (ver extrato da ata em anexo).

Importa ainda, como explicita o Aviso N.º NORTE-16-2016-10, enquadrar as ARU nas tipologias de centro histórico (15% edificado com mais de 60 anos), zona ribeirinha ou zonas industriais abandonadas.

Começando pela ARU do Parque Lúdico de Boques - Vila de Celorico de Basto, por ser atravessada longitudinalmente pela ribeira de Boques, encontra-se enquadrada em zona ribeirinha.

Mapa 2 - Tipologia da ARU do Parque Lúdico de Boques - Vila de Celorico de Basto (Zona Ribeirinha)



Fonte: GeoAtributo, 2016.

A ARU do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Centro Tradicional, por estar incluída no núcleo mais antigo, ocupado em larga medida por construções do século XVIII (30% do edificado foi construído até 1960), encontra-se classificada como Centro Histórico.

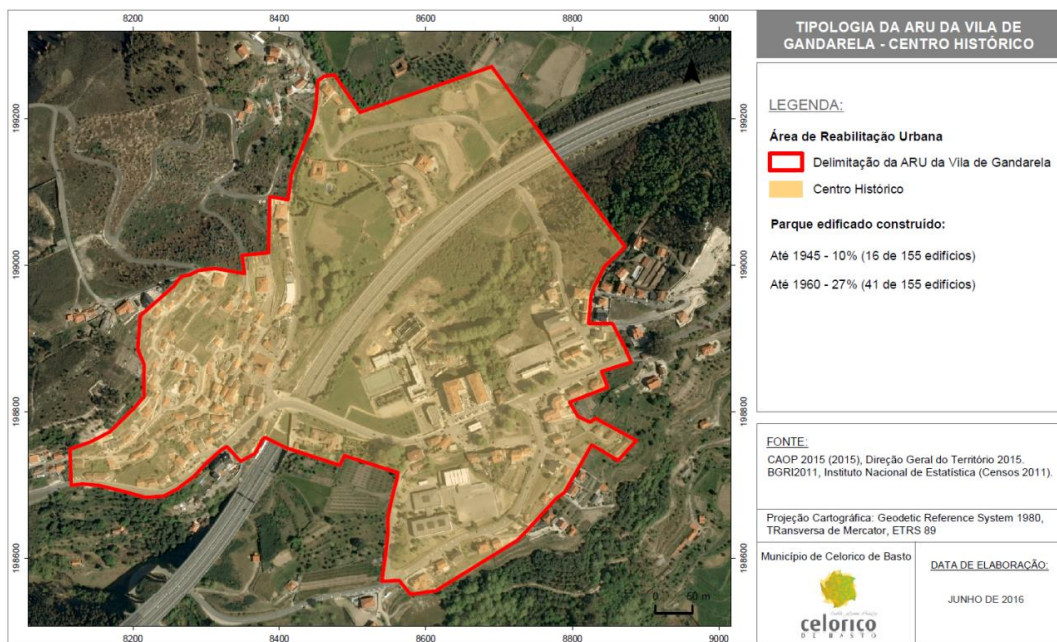
Mapa 3 - Tipologia da ARU do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Centro Tradicional (Centro Histórico)



Fonte: GeoAtributo, 2016.

Já a ARU da Vila de Gandarela, abrange parte do núcleo originário da vila, onde mais de 25% do parque edificado remonta a sua construção à primeira metade do século XX, e por isso claramente enquadra-se na tipologia de Centro Histórico.

Mapa 4 - Tipologia da ARU da Vila de Gandarela (Centro Histórico)



Fonte: GeoAtributo, 2016.

Na ARU da Vila de Fermil encontramos o bairro do Fundo da Feira, espaço este que apresenta hoje um padrão urbanístico diferente da envolvente, o que se deve essencialmente ao seu caráter histórico. Face ao exposto, e tendo em conta que 27% do parque edificado possui mais de 60 anos, é possível enquadrar esta área como Centro Histórico.

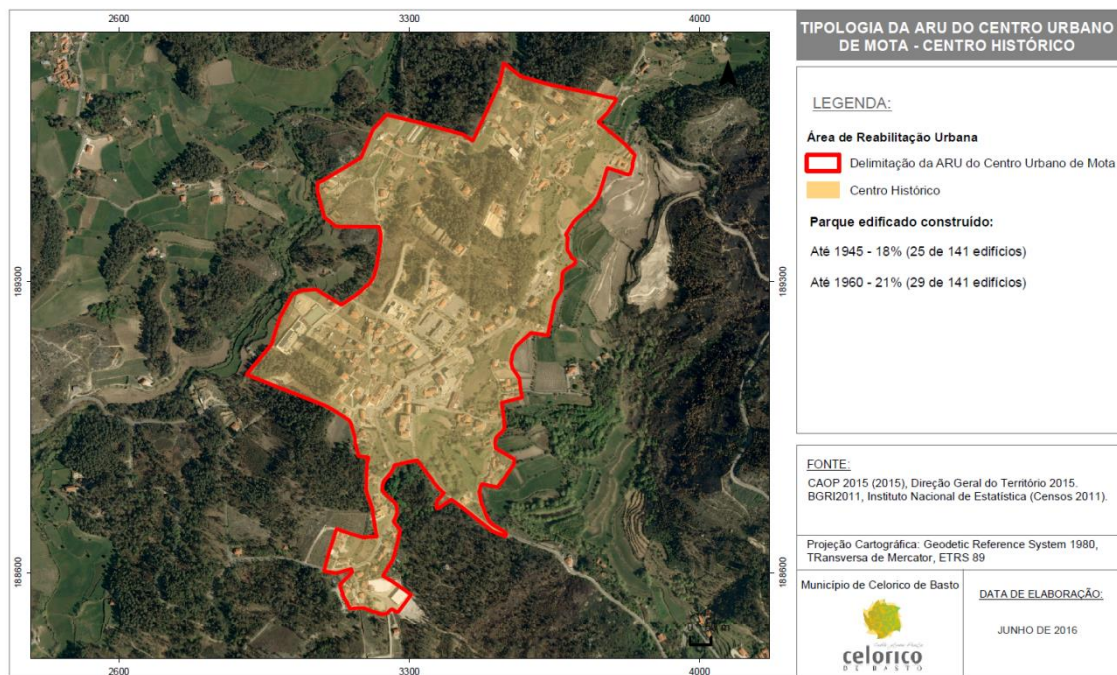
Mapa 5 - Tipologia da ARU da Vila de Fermil (Centro Histórico)



Fonte: GeoAtributo, 2016.

A ARU do Centro Urbano de Mota, por corresponder ao núcleo primitivo da origem do aglomerado e por mais de 21% do parque edificado possuir mais de 60 anos, encontra-se classificada como Centro Histórico.

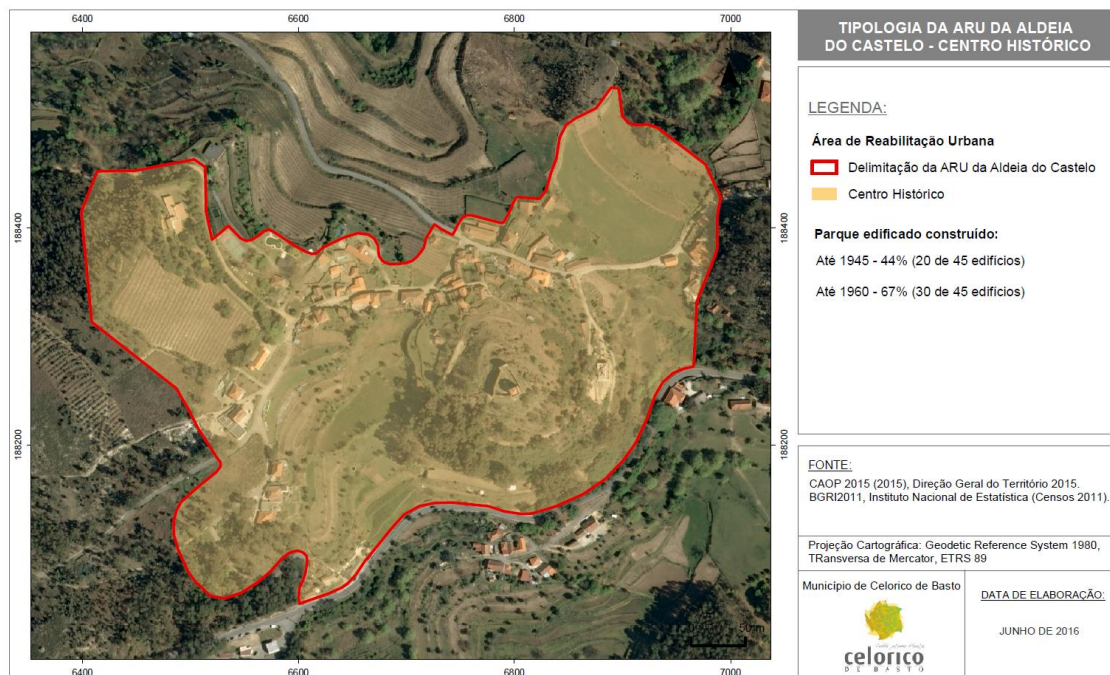
Mapa 6 - Tipologia da ARU do Centro Urbano de Mota (Centro Histórico)



Fonte: GeoAtributo, 2016.

Por fim, a ARU Aldeia do Castelo – Antiga Villa de Basto está enquadrada, neste PARU, como Centro Histórico, o que se justifica claramente, na medida em que o aglomerado em volta do Castelo de Arnoia é um dos mais antigos do concelho de Celorico de Basto, tendo no passado chegado mesmo a ser sede do concelho, e por isso se encontram aqui alguns dos edifícios mais antigos do concelho (mais de 65% do parque edificado possui mais de 60 anos).

Mapa 7 - Tipologia da ARU da Aldeia do Castelo - Antiga Villa de Basto (Centro Histórico)

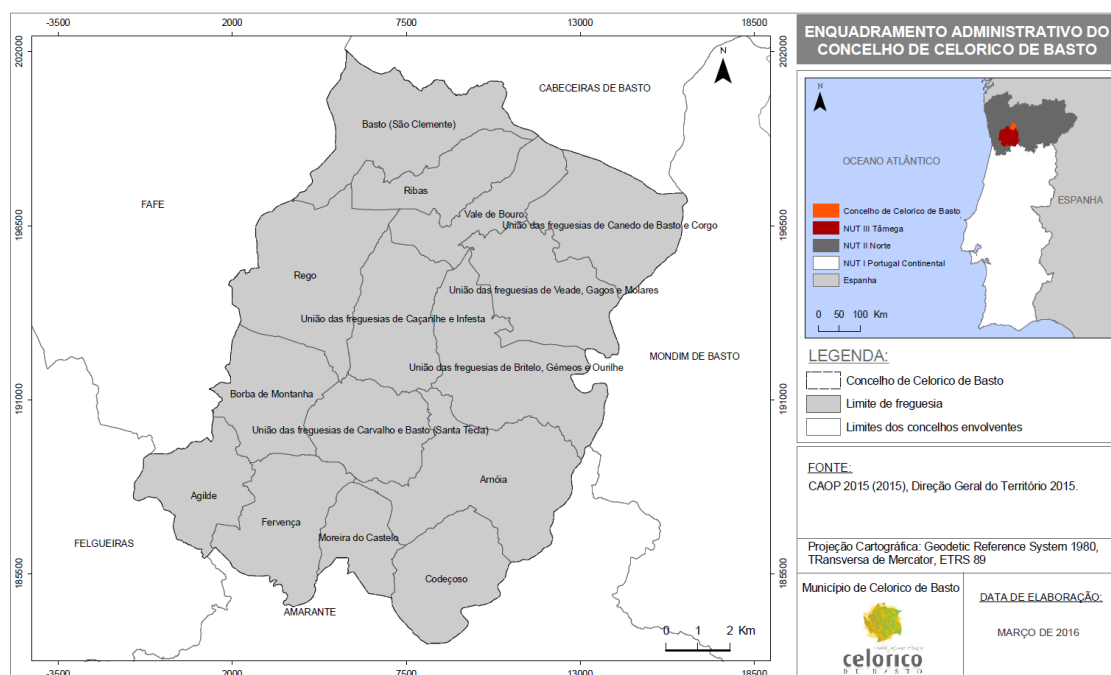


Fonte: GeoAtributo, 2016.

DIAGNÓSTICO

Celorico de Basto é um concelho periférico no contexto do Distrito de Braga e da NUT III - Tâmega e Sousa, situando-se numa zona de transição entre o Minho e Trás-os-Montes (Mapa 8). Esta posição geográfica favorece a construção de múltiplos cenários sobre o seu desenvolvimento, com diferentes perspetivas. Tem fronteira com os concelhos de Amarante, Mondim de Basto, Cabeceiras de Basto, Fafe e Felgueiras, os quais integram espaços de relação económica e social, muito diferenciados. O concelho de Celorico de Basto é constituído, atualmente, por um conjunto de 15 freguesias.

Mapa 8 - Enquadramento administrativo do concelho de Celorico de Basto



Fonte: GeoAtributo.

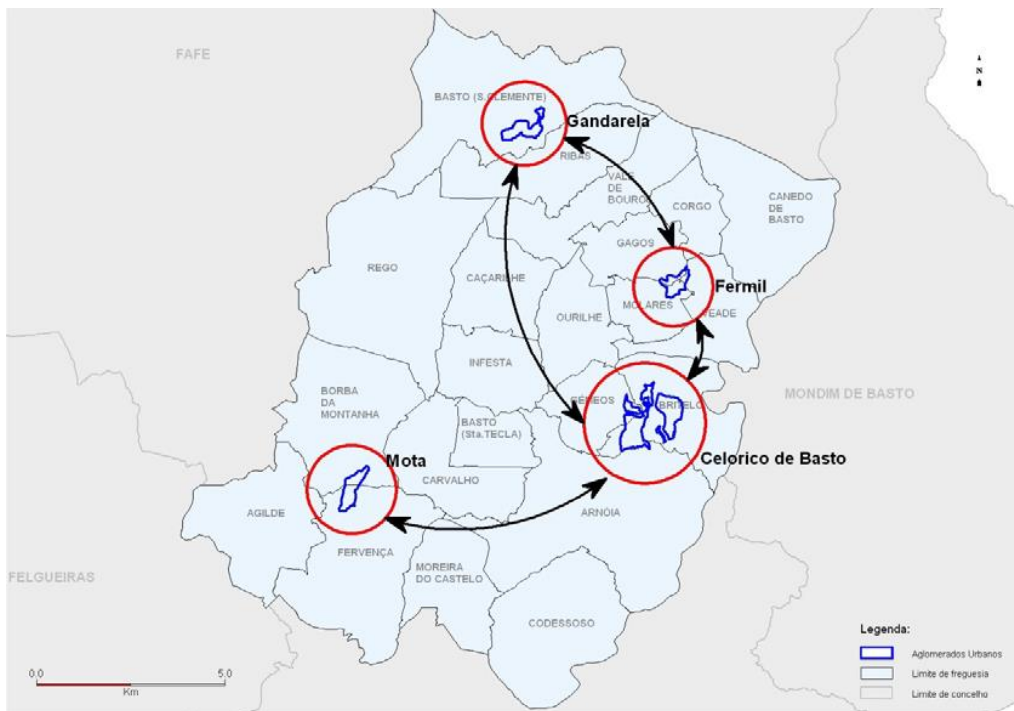
Celorico de Basto, juntamente com os concelhos vizinhos de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena, constituem a muito antiga e característica área conhecida por Terras de Basto. Esta zona centra-se sobre o Rio Tâmega e apresenta uma grande identidade cultural. São também significativas as ligações às Terras do Ave, em especial com o concelho de Fafe, nomeadamente no quadrante noroeste do concelho, assim como são muito fortes as ligações às Terras do Sousa, em especial com o concelho de Felgueiras, no quadrante sudoeste de Celorico de Basto (PERU de Celorico de Basto, 2011).

No Modelo Territorial do PROT-N, o centro urbano da sede do concelho de Celorico de Basto é identificado como Centro Estruturante Municipal, onde a evolução das cidades " (...) esteve dissociada do destino da sua envolvente agrícola e rural" (PO Norte 2020, 2014: 9). A estrutura fundiária, assente

na pequena propriedade agrícola de exploração por conta própria, determinou uma estreita relação espacial entre a habitação e o trabalho que se traduziu na extrema dispersão do parque habitacional.

Atualmente, devido à construção da A7/IC5 e da Variante do Tâmega, o concelho de Celorico de Basto encontra-se em processo de profundas mudanças. No modelo territorial do concelho de Celorico de Basto, presente na Revisão do PDM de Celorico de Basto, foram identificados quatro núcleos urbanos que estruturam o território de Celorico de Basto, nomeadamente a sede do concelho (nível 1), as Vilas de Fermil e Gandarela e o aglomerado urbano de Mota (nível 2). Estes aglomerados começam hoje a ganhar significância urbana, devido às intervenções de requalificação urbanística e instalação de equipamentos de utilização coletiva, que se tem vindo a registar nos últimos anos (RPDM de Celorico de Basto, 2014).

Figura 1 - Localização dos quatro núcleos urbanos principais no concelho de Celorico de Basto



Fonte: Revisão PDM de Celorico de Basto, 2014.

A vila de Celorico de Basto, sede de concelho, tem um peso e uma importância central no concelho devido à concentração dos serviços administrativos, enquanto os outros três núcleos urbanos funcionam com base num conjunto de relações, intra e interconcelhias que interessa explorar, garantindo que estes se assumam como polos de desenvolvimento concelhio e áreas de influência e atratividade para os territórios vizinhos (PERU de Celorico de Basto, 2011).

A **vila de Celorico de Basto**, até meados do ano 1995, centrava-se num pequeno núcleo junto da Praça Albino Alves Pereira. Este núcleo mais antigo é ocupado, essencialmente, por construções do século

XVIII, altura em que se procedeu a uma importante alteração administrativa no concelho, ao mudar-se a sede concelhia da antiga vila de basto, junto do Castelo de Arnoia, para o lugar de Freixeiro.

Mas, foi apenas a partir dos finais do século XIX e inícios do século XX, devido aos dinheiros provenientes do Brasil, à abertura da atual Avenida da República e à construção da linha férrea do Tâmega, que a vila de Celorico de Basto voltou a registar um importante incremento/impulso populacional e económico, tornando-o num dos mais importantes concelhos da Região de Basto.

A partir de 1990 a vila volta a registar um crescimento significativo, impulsionado pelos novos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente o Plano de Urbanização da Sede do Concelho, que embora não formalizado, serviu como orientação das mudanças, que se traduziram na colmatação de espaços já construídos, na densificação de algumas áreas urbanas e melhor aproveitamento racional das redes de infraestruturas existentes e a instalar, na criação de polos de atração, caracterizados pela requalificação dos espaços públicos e construção de novos equipamentos.

A **vila da Gandarela** (situada na freguesia de Basto - S. Clemente), classificada pela Revisão do PDM como aglomerado urbano de nível 2, constitui um dos centros das áreas de influência sub-concelhia que deverá exercer as funções correspondentes a esse nível, onde têm sido objeto preferencial de investimentos municipais destinados a reforçar a sua centralidade através da dotação de equipamentos.

A **vila de Fermil** (situada na União das freguesias de Veade, Gagos e Molares) é um aglomerado urbano também de nível 2, que compreende atualmente um conjunto de serviços e equipamentos adequados à sua dimensão. Este aglomerado urbano, ao longo dos últimos 15 anos, foi alvo de algumas intervenções de requalificação urbanística, que proporcionaram a revitalização dos principais espaços públicos da vila.

O **aglomerado urbano da Mota** está integrado, maioritariamente, na freguesia de Fervença e uma pequena parte na freguesia de Borba da Montanha, tendo registado um acréscimo significativo da população, nos últimos 10 anos. É atualmente um centro com alguma pressão urbanística, dada a sua proximidade às cidades da Lixa e de Felgueiras e pelas oportunidades de trabalho que estas trouxeram à população da Mota.

Assim, de forma a confirmar o que foi mencionado anteriormente e, de acordo com os Censos de 2011, cerca de 32% da população estuda ou trabalha em outros municípios que não o de Celorico de Basto, mostrando assim a grande relação que a população deste concelho tem com território vizinhos. Assim, os principais territórios para onde as pessoas se deslocam diariamente, correspondem a Felgueiras (19%), Fafe (13%), Porto (11%), Mondim de Basto (8%), Amarante (7%), Cabeceiras de Basto (6%) e Guimarães (6%).

Importa ainda fazer nota do **núcleo antigo do Castelo de Arnoia**¹, com bastante importância histórica no território concelhio, já que o aglomerado em volta do Castelo de Arnoia é um dos mais antigos do concelho de Celorico de Basto, tendo sido mesmo, no passado, sede do concelho. Ainda hoje, se encontram aqui alguns dos edifícios mais antigos do concelho, nomeadamente a Casa da Audiências e a Cadeia, e a Casa da Botica.

Conforme referido, em cada centro urbano, observa-se um quadro de realidades distintas, muito influenciado pelo contexto da sua localização face ao concelho, mas também aos territórios vizinhos.

1. SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO

O concelho de Celorico de Basto estende-se por 181 km² e no ano de 2011, contabilizava uma população de cerca de 20 mil habitantes, sendo que 18% da população encontra-se na freguesia da sede do concelho, a única localidade com mais de 2.000 habitantes. Não obstante apenas cerca de 28% do total de indivíduos residentes do concelho de Celorico de Basto reside nos centros urbanos, com especial destaque para o centro de Celorico de Basto, onde reside 16,5% do total da população residente.

Tendo por base os Censos de 2011, a densidade populacional de Celorico de Basto é de 111 hab/km², idêntica à média nacional (114 hab/km²), embora muito inferior à média da NUT III - Tâmega e Sousa (236 hab/km²), em que está inserido, e da média da NUT II - Norte (173 hab/km²).

No que se refere às variações anuais dos últimos anos (entre 2011 e 2014), verifica-se uma tendência contínua de desaceleração do crescimento populacional no concelho de Celorico de Basto, acompanhando de muito perto a tendência geral da Região Norte e também do Tâmega e Sousa.

Quadro 1 - Número de indivíduos residentes (N.º) e taxa de crescimento efetivo (%) entre 2011 e 2014

TERRITÓRIO/ANO	2011		2012		2013		2014	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Norte	3.687.224	-0,17	3.666.234	-0,57	3.644.195	-0,60	3.621.785	-0,62
Tâmega e Sousa	432.946	-0,09	430.620	-0,54	428.054	-0,60	425.588	-0,58
Celorico de Basto	20.087	-0,23	19.952	-0,67	19.795	-0,79	19.619	-0,89

Fonte: Série Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, Instituto Nacional de Estatística.

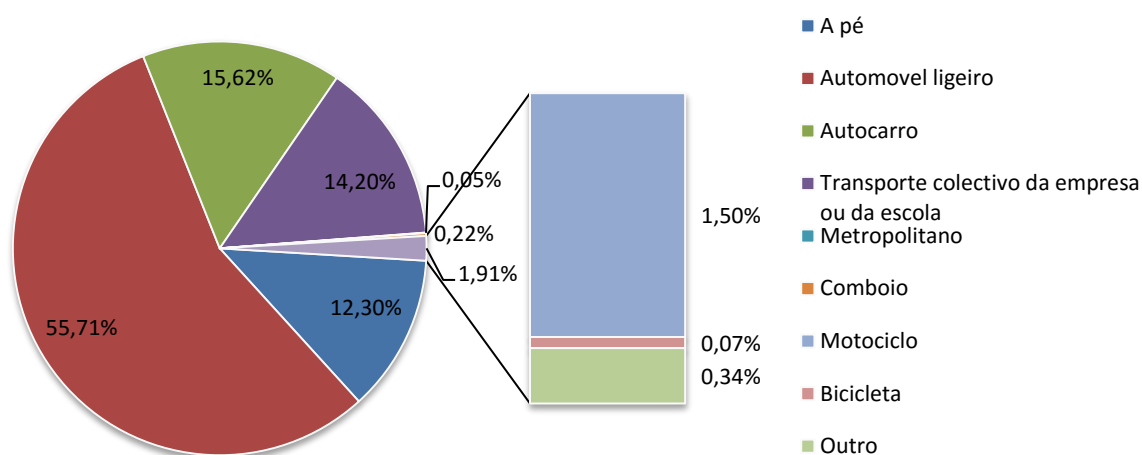
O envelhecimento da população de Celorico de Basto tem-se vindo a acentuar de forma muito significativa (de acordo com os Censos de 2001 e 2011, este passou de 92,1 em 2001 para 124,9 em

¹ Classificado como Monumento Nacional desde 1946 (Decreto 35 532, de 15 de março de 1946), e possui uma enorme importância no turismo da região.

2011), a par da redução do número de crianças e jovens, que representavam, no ano de 2011, apenas 28% da população total do concelho.

Analisando os movimentos pendulares, observa-se que no concelho de Celorico de Basto, o automóvel ligeiro destaca-se, representando 56% desses movimentos. As deslocações de autocarro ou realizadas por transporte coletivo da empresa ou escola traduzem-se num protagonismo secundário ao automóvel, respetivamente, 15,62% e 14,20% das deslocações. Já as deslocações a pé assumem, ainda, algum destaque no total, já que 12,30% da população desloca-se para o seu local de trabalho ou escola a pé.

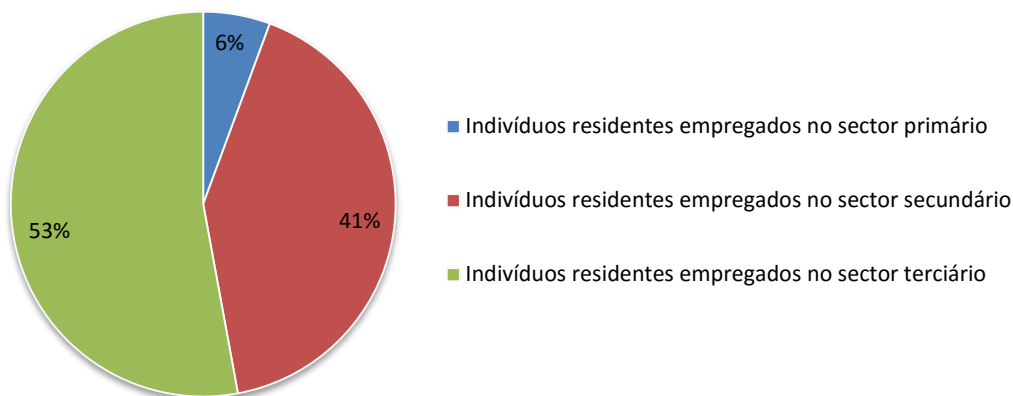
Gráfico 1 - Meio de transporte utilizado nos movimentos pendulares dos indivíduos empregados/estudantes do concelho de Celorico de Basto, em 2011



Fonte: XV Recenseamento Geral da População (informação à subseção estatística), Instituto Nacional de Estatística.

O aparelho económico tradicional está em profunda transformação, a construção civil, o comércio e os serviços são hoje os setores empregadores do concelho, já que o setor terciário emprega cerca de 53% e, o setor secundário emprega apenas 41% do total da população empregada. Os valores verificados neste território, não seguem a tendência da NUT III - Tâmega e Sousa, onde a indústria é a atividade mais relevante na economia (PEDI - CIM Tâmega e Sousa, 2014).

Gráfico 2 - População empregada do concelho de Celorico de Basto, por setor de atividade, em 2011



Fonte: XV Recenseamento Geral da População (informação à subseção estatística), Instituto Nacional de Estatística.

Apesar do diminuto peso da população ativa no setor primário, tem-se assistido nos últimos anos a um aumento significativo da dimensão das explorações agrícolas e da sua modernização. Assiste-se, hoje, a um novo retorno à atividade agrícola, potenciado pela implementação de vários projetos de plantas aromáticas e de frutos vermelhos e ao aparecimento de um número significativo de produtores engarrafadores e unidades de transformação de produtos agrícolas (RPDM de Celorico de Basto, 2014).

No que se refere à industrialização e serviços, o concelho de Celorico de Basto dispõe atualmente de três parques de acolhimento empresarial, localizados estrategicamente no território concelhio. O parque empresarial de Basto fica localizado próximo da sede do concelho e junto à variante do Tâmega (EN 210), que faz a ligação ao IP4 / A4 em Amarante. A zona industrial da Lameira / Rego está localizada junto à estrada nacional 206 no limite do concelho e na proximidade de Fafe. E, por fim, a zona industrial de Carvalho tem a sua localização próxima da estrada regional 101-4 que liga o concelho de Celorico de Basto ao vizinho concelho de Felgueiras (RPDM de Celorico de Basto, 2014).

Também o turismo tem tido um forte incremento nos últimos anos, principalmente pela adesão do município à Rota do Românico, bem como a integração na rede de lojas interativas.

O Município de Celorico de Basto apresenta um conjunto de elementos com valor arquitetónico, que se consubstancia em inúmeros imóveis de vertente religiosa e popular, com destaque para o Castelo de Arnoia, classificado como monumento nacional (RPDM de Celorico de Basto, 2014).

No que se refere ao parque edificado, nas últimas duas décadas verificou-se um aumento do número de edifícios e de alojamentos. Observando os dados dos Censos relativos ao número de edifícios verifica-se que, ao nível do concelho, ocorreu um aumento de 9,5% entre 2001 e 2011, no entanto menor que o verificado no período de 1991 e 2001, que foi de 15,5%. Importa referir que 22,88% do total de edifícios existentes no concelho situam-se nos centros urbanos.

A densidade do edificado no concelho é cerca de 55 edifícios por km², de acordo com os dados de 2011, valor que se aproxima ao da região Norte (57 edifícios/ km²), inferior ao da NUT III – Tâmega e Sousa (76 edifícios / km²) e superior à média nacional (38 edifícios / km²).

Relativamente aos alojamentos, verificou-se um aumento de 18,1% entre 1991 e 2001 e de 9,6% entre 2001 e 2011, no território concelhio. Sendo de realçar que, cerca de 26% do total de alojamentos existentes no ano de 2011 em território concelhio, localizavam-se nos quatro núcleos urbanos do concelho.

Por último, um dos principais problemas que ocorre nos dias de hoje no parque edificado é mau estado de conservação dos edifícios existentes no concelho de Celorico de Basto. De acordo com os dados dos Censos de 2011, do total de edifícios, 37,3% necessitavam de intervenção, sendo que quase 10% encontrava-se em muito mau estado de conservação.

2. PRINCIPAIS PROBLEMAS E PRIORIDADES

Seguidamente apresentam-se os **principais problemas** para o território em análise, por área de reabilitação urbana, de forma evidenciar a realidade de cada uma destas.

1. ARU do Parque Lúdico de Boques – vila de Celorico de Basto
 - Falta de integração da ribeira de Boques no espaço urbano envolvente;
 - Presença, em meio urbano, de um elemento natural desqualificado e subaproveitado no que respeita à utilização coletiva e potencial enquadramento paisagístico;
 - Existência de edifícios muito degradados.
2. ARU Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Centro Tradicional
 - Estrutura urbana desequilibrada e desarticulada com as recentes expansões urbanas;
 - Existência de espaço público com necessidade de intervenção e de reestruturação;
 - Presença de edificado degradado e que dá uma imagem negativa do aglomerado;
 - Inutilização e avançado estado de deterioração do edifício do antigo ciclo preparatório;
 - Debilidades nas redes pedonais ao nível das ligações aos equipamentos de educação e a outros equipamentos e serviços públicos.
3. ARU da Vila de Gandarela
 - Aglomerado urbano desestruturado, com crescimento irregular ao longo da Estrada Nacional;
 - Existência de edifícios degradados e devolutos;

- Espaços urbanos desqualificados;
 - Desconexão entre equipamentos/serviços e a expansão das áreas habitacionais;
 - Inadequabilidade da rede viária às novas e rápidas mudanças que se têm verificado neste núcleo;
 - Debilidade da rede pedonal, nomeadamente nas ligações dos equipamentos de educação e os outros equipamentos e serviços públicos.
4. ARU da Vila de Fermil
- Espaços urbanos degradados e obsoletos, que se encontram, na generalidade, sem tratamento urbanístico;
 - Áreas habitacionais desqualificadas, com arruamentos sem passeios, sem estacionamento, sem mobiliário urbano ou arborização;
 - Debilidade da rede pedonal, ao nível das ligações aos equipamentos de educação e a outros equipamentos e serviços públicos.
5. ARU do Centro Urbano de Mota
- Centro urbano desestruturado com ocupação do território casuística e sem coerência urbanística;
 - Sistema viário confuso, desestruturado e sem hierarquia;
 - Espaços públicos escassos e desqualificados quando existentes (falta de passeios, áreas de estar e lazer, áreas de estacionamento);
 - Falta de ligação/relação entre processos individuais de produção e reprodução, ao nível do solo, e os equipamentos e os serviços de apoio fundamentais.
6. ARU da Aldeia do Castelo – Antiga Villa de Basto
- Dificuldade na afirmação dos valores patrimoniais, materiais e simbólicos;
 - Espaços de acolhimento e lazer escassos para o potencial turístico implícito;
 - Arruamentos com necessidade de melhoramentos urbanísticos, isto é, inexistência de passeios, áreas de estacionamento, mobiliário urbano e arborização;
 - Existência de edifícios degradados e devolutos no conjunto patrimonial da vila envolvente ao Castelo.

Por fim, no que se refere às **prioridades** (para área de intervenção do sistema urbano, pessoas, mobilidade e economia) para o território, identificam-se de seguida:

- i. Concretização de uma ocupação territorial policêntrica, com a assunção das “vilas” como estruturas intermédias, entre as freguesias e a cidade, e como âncoras territoriais de proximidade;
- ii. Valorização do espaço público e requalificação do parque habitacional, na prossecução da política urbanística e do investimento realizado na dotação de equipamentos;
- iii. Qualificação do meio urbano conferindo-lhe maior segurança na circulação pedonal, articulação e regulação dos diferentes modos de circulação e promoção dos modos suaves de mobilidade e acessibilidade;
- iv. Potencialização do turismo da região, com a afirmação dos valores patrimoniais, materiais e simbólicos como importantes fatores de identidade, diferenciação e competitividade, de forma a promover o desenvolvimento económico de base local.

3. ANÁLISE SWOT

De seguida apresenta-se a análise SWOT para o território a intervir, com a identificação dos principais pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.

PRINCIPAIS PONTOS FORTES	PRINCIPAIS PONTOS FRACOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de 4 centralidades urbanas que funcionam como polos de atração estruturantes do território do concelho; 2. Vasta rede de equipamentos de utilização coletiva; 3. Existência de recursos endógenos (naturais e patrimoniais) integrados em rotas turísticas regionais que fomentam a atividade turística local; 4. Existência de empreendimentos turísticos de qualidade e estruturas de animação turística; 5. Disponibilidade de espaços para acolhimento de empresas; 6. Proximidade às três zonas industriais existentes no concelho. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estrutura urbana desequilibrada e desarticulada com as recentes expansões urbanas; 2. Existência de edificado em mau estado de conservação e espaço público com necessidade de requalificação; 3. Tendência contínua de decréscimo populacional acompanhada pelo envelhecimento da população; 4. Baixa oferta de emprego dentro do concelho; 5. Elevada percentagem de indivíduos que trabalham noutros municípios ou no estrangeiro; 6. Debilidade da rede pedonal na ligação dos principais equipamentos e serviços públicos.
PRINCIPAIS OPORTUNIDADES	PRINCIPAIS AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Acessibilidades asseguradas por eixos integrados na rede nacional; 2. Aumento da atividade turística na Região do Tâmega; 3. Desenvolvimento de ações com vista à gestão e animação turística do concelho; 4. Relação económica e social com as Terras de Basto, Ave e Sousa; 5. Valorizar os espaços rurais, através da promoção de atividades económicas nos setores da vinha, pecuária e floresta; 6. Dinamizar os parques empresariais e apostar em novos parques empresariais e alargamento dos existentes. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Emigração da população em idade ativa; 2. Necessidade crescente de respostas sociais para a população idosa; 3. Dificuldade na definição do transporte público coletivo; 4. Redução do investimento privado; 5. Degradação de muitos imóveis com valor patrimonial; 6. Dificuldade na mudança do paradigma da “ocupação dispersa” do território.

4. DESAFIOS E FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

Apesar de ocupar uma posição de charneira no contexto regional, dado o seu enquadramento num conjunto de fronteiras múltiplas, será um desafio para Celorico de Basto reforçar a ligação económica e humana com os territórios vizinhos, com vista à obtenção de mais-valias para o desenvolvimento integrado do concelho.

No território concelhio, apesar do investimento que se tem realizado nos quatro centros urbanos concelhios (vilas de Celorico, de Fermil, de Gandarela e aglomerado da Mota), de forma a garantir que estes assumam o seu papel de polos de desenvolvimento concelhio e áreas de influência e atratividade para os territórios vizinhos, será sempre um grande desafio para o Município afirmar estes núcleos no território vizinho, já que estes refletem situações diferentes, muito influenciadas pelo contexto da sua localização.

Assim, o Município, de forma a potenciar estes centros urbanos, reconhece ser necessário garantir a fixação das camadas ativas da população, situação que só pode ser alcançada com a existência de ofertas de emprego. Contudo, o progressivo aumento da migração da população ativa para as grandes cidades e estrangeiro, a redução da oferta emprego a par da redução do investimento e, consequentemente, o gradual empobrecimento da população, correspondem aos principais fatores críticos ao sucesso.

Tendo em vista a grande dificuldade que permanece atualmente na fixação de população ativa nos concelhos mais periféricos, o Município de Celorico de Basto pretende, com a aplicação deste plano de ação, apostar na proximidade do Município com o cidadão, que se tem traduzido num conjunto de ações que visam garantir uma melhor qualidade de vida e, com isso, aumentar a capacidade de atração e fixação de pessoas e investimento externo no concelho.

Não descuidando da população residente neste território, é ainda um desafio para o Município dar resposta à necessidade crescente de respostas sociais para a população idosa, que tem vindo a aumentar nas últimas décadas, a par da redução da população jovem, e consequentemente o aumento da dependência dos idosos. Tendo isso em atenção, é intuito do Município criar mais serviços de proximidade, com o objetivo de se conceber uma plataforma física de serviços, que concretize a política municipal de descentralização dos serviços e de aproximação dos mesmos à população.

Pelo facto do processo de regeneração urbana ser um fenómeno ininterrupto e com resultados visíveis a longo prazo, este representa, também, um fator crítico no sucesso de toda a operação. Para além dele, também, o contexto económico e social e a disponibilidade técnica e financeira, representam importantes fatores que ditarão, em larga medida, o sucesso ou fracasso das ações a implementar.

Concluindo, o principal desafio para este território é a captação e fixação de população ativa e de agentes económicos nos núcleos urbanos concelhios, aumentando assim a importância destas áreas no território concelhio e vizinhos. Para tal acontecer torna-se necessário fomentar a oferta de emprego, através da geração de dinâmicas produtivas, criação de mais serviços de proximidade e espaços de recreio e de lazer, tendo em vista o melhoramento do ambiente urbano, de maneira a aumentar a qualidade de vida da população e evitar a migração da população jovem para as grandes cidades e estrangeiro.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Com uma localização de charneira no contexto regional, Celorico de Basto, dado o seu enquadramento num conjunto de fronteiras múltiplas, deve considerar as relações externas na conceção de qualquer plano ou atuação estratégica, pelo reforço de uma ligação económica e humana que produza mais-valias para o desenvolvimento integrado do concelho, num projeto que não pode ser de isolamento nem de submissão.

A atuação na regeneração urbana irá promover a valorização da excelência do património cultural e natural no contexto municipal e à escala regional, pelo que o concelho de Celorico de Basto deverá apostar, à semelhança do que vem sucedendo nos últimos anos, numa atuação concertada com os municípios vizinhos, no aproveitamento e reforço das potencialidades e da identidade das Terras de Basto.

A capacidade de transformar a localização geográfica numa vantagem é um fator crítico também apontado à escala da NUT III para o sucesso da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), que terá de assentar na mobilização dos recursos e competências existentes por forma a superar a tendência centrípeta comum a toda a NUT III - Tâmega e Sousa.

Tendo esta conceção em mente, a visão estratégica para o concelho de Celorico de Basto pensada à luz da reabilitação urbana, sintetiza-se numa política de renovação dos espaços públicos da área central dos principais aglomerados urbanos, tornando-os ambientalmente mais qualificados, onde se concentrem funções coletivas múltiplas, favoráveis à intensificação de dinâmicas urbanas vivenciais, de fruição ambiental, prática desportiva e lazer. Assim, a estratégia para a regeneração urbana nas ARU de Celorico de Basto tem como objetivos gerais:

1. Modernização das infraestruturas urbanas, prosseguindo intervenções que importa complementar e, dando coerência a algumas ações já realizadas;
2. Melhoria do ambiente urbano e da qualidade visual da paisagem urbana, em especial pela criação e qualificação de espaços verdes urbanos;
3. Melhoria da acessibilidade e mobilidade, promovendo os modos de transporte favoráveis ao ambiente, a circulação ciclável e pedonal, a reestruturação da rede viária, a criação de estacionamento e a supressão de barreiras arquitetónicas;
4. Criação de equipamentos coletivos de identidade e referência urbana;
5. Recuperação e qualificação do espaço público, incluindo mobiliário urbano e equipamento estruturante;
7. Promoção da multifuncionalidade dos espaços urbanos.

Importa referir que todas as operações do PO do Norte 2020 a implementar no âmbito da Prioridade de Investimento 6.5 do "Eixo Prioritário 4- Qualidade Ambiental", estão enquadradas em Planos de Ação para a Regeneração Urbana (PARU) e que os objetivos específicos deste Eixo Prioritário, estão ligados ao bem-estar das populações, pela atenuação dos contrastes sociais e territoriais a nível regional e pela promoção de condições de desenvolvimento urbano sustentável, com implicações na capacidade de atração e na fixação de atividades e de emprego qualificado.

Alinhadas com estes Domínios Estratégicos regionais, as ações a desenvolver em cada uma das ARU do concelho de Celorico de Basto visam consolidar uma política de renovação dos principais espaços públicos do Município, com vista a dignificar áreas estratégicas que, em algumas situações, se encontram obsoletas e, para as quais será necessário programar operações de requalificação de modo a torná-las ambientalmente qualificadas. É importante que nessas áreas se venham a concentrar funções coletivas múltiplas e favoráveis à intensificação de dinâmicas urbanas vivenciais, práticas desportivas e recreativas.

A regeneração urbana está enquadrada no Domínio Estratégico de Intervenção (DEI) número 4 da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa que pretende "Promover o potencial turístico e cultural do Tâmega e Sousa, no contexto do Norte de Portugal, apostando no marketing territorial e na dinamização da oferta" e no número 6 que visa "Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial". As linhas de atuação destes Eixos estão ligadas à estruturação da oferta e valorização do património natural e cultural no caso do DEI 4 e com a qualificação do espaço público no DEI 6.

Apesar de incidir sobre aglomerados diferentes, a regeneração urbana em Celorico de Basto obedece a uma linha comum, enquadrada na estratégia de desenvolvimento do Município. A aposta na reabilitação do espaço construído, seja edificado ou espaço público, é o foco das seis ARU, a materializar na estruturação do património existente, atribuindo-lhe coerência e integrando outras ações recém-implementadas nesses locais e que, por falta de enquadramento, geraram situações de descontinuidade dos aglomerados. É por isso importante sanar a situação, assim como expandir e estruturar os centros urbanos tradicionais, dotando-os de uma nova urbanidade, conferindo-lhes coerência e coesão.

ARU 1 - PARQUE LÚDICO DE BOQUES – VILA DE CELORICO DE BASTO

Enquadrada na tipologia de zona ribeirinha, a ARU do Parque Lúdico de Boques na Vila de Celorico de Basto tem o foco de intervenção na qualificação ambiental e na promoção da sustentabilidade urbana, plasmada na requalificação da área contígua à Ribeira de Boques e na sua transformação para um espaço verde

urbano enquadrado no contexto da Vila. Esta intervenção visa promover a coesão territorial entre as novas centralidades urbanas e o núcleo urbano primitivo tendo como princípios estratégicos:

- a) Continuação da estruturação de uma rede de percursos pedonais, implementada com o objetivo de ligar os principais pontos de interesse da vila de Celorico de Basto;
- b) Implementação de equipamentos lúdicos e percursos de manutenção;
- c) Requalificação do desenho urbano de alguns arruamentos;
- d) Valorização do espaço em termos paisagísticos;
- e) Criação de condições para a sua utilização como espaço verde urbano - otimização das potencialidades recreativas e turísticas que tem vindo a ser dado, mais a sul;
- f) Estruturação do espaço verde urbano de ligação e articulação entre os diversos equipamentos (existentes e previstos) e o centro urbano, através da promoção de percursos pedonais, áreas de estadia e arborizações.

ARU 2 - PLANO DE PORMENOR DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO TRADICIONAL

Na ARU do centro tradicional de Celorico de Basto, como intervenção em centro histórico, pretende-se trabalhar para a melhoria da imagem urbana da Vila, potenciando os investimentos recentemente realizados no edificado e em alguns espaços públicos, com o propósito principal de reorganizar formal e funcionalmente a malha urbana central. Para tal servirão as seguintes diretrizes:

- a) Simplificar os traçados, privilegiando os percursos pedonais existentes e os “enfiamentos visuais” das vias previstas. Alinhar e clarificar a leitura dos volumes;
- b) Reforçar toda a área de estacionamento, conjugando-a com a necessidade de arborização;
- c) Planear a envolvente. Conservar, melhorar, reforçar a situação dos elementos naturais: as margens; as ramadas e os prados naturais, aproveitando-os para uma utilização de lazer, passeios, convívio, jogos ao ar livre ou até de contemplação (referimo-nos também às áreas fora da zona de intervenção);
- d) Definir novos perfis para alguns arruamentos.

ARU 3 - VILA DA GANDARELA

O aglomerado da vila de Gandarela, desenvolvido no cruzamento de vias, carece de estruturação do desenho do seu centro urbano. Dada a sua influência sub-concelhia, bem como ao papel central de muitos

dos equipamentos aí localizados, pretende-se a organização do centro urbano e das suas acessibilidades, numa articulação harmoniosa entre zona urbana e área rural. Os objetivos das ações a empreender incluem:

- a) Criação de uma estrutura urbana capaz de ligar os dois grandes núcleos de desenvolvimento da zona, com claras características urbanas e onde se tem assistido a um grande crescimento, mas que se encontram divididos face a um vasto “cordão” verde, classificado como área agrícola, mas que, com a passagem da autoestrada, perdeu todas as aptidões que estiveram na origem dessa classificação;
- b) Hierarquização dos equipamentos e serviços que se encontram hoje sem conexão, e que dificultam uma coerência urbana desejável;
- c) Dotação de mais equipamentos de educação e cultura, religiosos, saúde e assistência social, desporto e lazer, comércio e serviços de qualidade;
- d) Criação de uma estrutura viária urbana adequada às novas e rápidas alterações que se têm verificado no local e que fazem repensar todas as ligações existentes, nomeadamente com o atravessamento da autoestrada A7 no miolo desta vila. Importa hierarquizar os espaços, atribuindo-lhes funções claras e coerentes dentro de todo o sistema urbano onde se integram, mas igualmente na articulação da sua influência concelhia e intraconcelhia.

ARU 4 - VILA DE FERMIL

A regeneração urbana na Vila de Fermil assenta na ideia de equilíbrio da estrutura urbana, integrando as intervenções no plano urbanístico que aí decorreram recentemente. As melhorias realizadas permitiram dotar alguns espaços públicos de nova vitalidade e novas valências, dando-lhes condições de urbanidade mais dignas e mais atrativas para os utilizadores. Ainda assim e, sendo o espaço público um setor estratégico de intervenção, pretende-se a continuidade das melhorias para outros locais de utilização pública, ainda não contemplados em intervenções anteriores. Importa nesta fase dar continuidade a algumas orientações estratégicas delineadas, as quais passam essencialmente pelo seguinte:

- a) Criação de uma rede viária estruturante capaz de responder aos novos desafios urbanos da vila;
- b) Requalificar espaços urbanos degradados e obsoletos, conferindo-lhes condições de urbanidade mais dignas, aprazíveis e seguras para o utilizador;
- c) Revitalizar alguns espaços edificados.

ARU 5 - CENTRO URBANO DA MOTA

Resultado de uma construção alicerçada no cruzamento da rede viária, o centro da Mota deverá pautar a sua intervenção pela aposta no desenho urbano, ainda pouco definido, devido ao predomínio da matriz rural. A existência de uma malha urbana sem definição está patente numa distribuição pouco organizada do edificado e dos serviços, que conduziu à necessidade de redesenhar e estruturar o núcleo central, promovendo uma melhor articulação do aglomerado urbano e conferindo-lhe uma nova identidade. Esta intervenção incluirá as seguintes vertentes:

- a) Organização da estrutura urbana formando uma rede sistémica, no sentido de clarificar a centralidade da Mota e os pólos de centralidades complementares, bem como a sua articulação entre si;
- b) Atribuição de prioridade à reabilitação urbana e à requalificação dos espaços urbanos ainda pouco estruturados, contendo-se o alastramento do crescimento urbano para o exterior, de modo a não fragmentar ou invadir os espaços naturais;
- c) Organização de uma densidade urbana compatível com a qualidade e diversidade dos serviços e equipamentos e os diferentes usos do solo;
- d) Criação de áreas urbanas multifuncionais, integrando de forma equilibrada habitação, comércio, serviços e equipamentos, reduzindo a necessidade de deslocação e induzindo a vivência intensa do espaço urbano;
- e) Adaptação dos espaços públicos à mobilidade pedonal, conferindo-lhes um desenho cuidado e recriando ambientes de rua e de praça propícios à interação social;
- f) Preservação da estrutura natural fundamental, devendo ser protegidas as áreas agrícolas e florestais para fins ecológicos e, sempre que possível, também para lazer e recreio, penetrando no urbano.

ARU 6 - ALDEIA DO CASTELO – ANTIGA VILLA DE BASTO

Albergando um dos monumentos mais importantes do concelho, a ARU da Aldeia do Castelo, pelo seu relevo histórico e cultural, enquadra-se como uma intervenção em centro histórico.

Potenciar uma estratégia de marketing territorial que ultrapasse as fronteiras municipais e, que se enquadra à escala da NUT III no DE1 4 da EIDT do Tâmega e Sousa, a regeneração urbana na Aldeia do Castelo pretende promover a intervenção no edificado, dotando o Castelo de um enquadramento urbanístico mais consentâneo com a sua matriz renovada. As melhorias no espaço urbano visam:

- a) Criação de uma estrutura urbana onde os edifícios mais antigos sejam preservados, mas dotados de uma traça mais moderna, afirmando os valores patrimoniais, materiais e simbólicos como importantes fatores de identidade, diferenciação e competitividade;

- b) Definição de espaços públicos harmoniosos que permitam a confluência de dinâmicas quer dos residentes, quer dos visitantes, numa conjugação entre a utilização quotidiana de lazer de passagem ou de estada;
- c) Envolvimento dos privados na recuperação do edificado e valorização do património, de forma a dar coerência ao investimento público já realizado no Castelo, potenciando-se esta área enquanto recurso turístico e com potencial valor económico;
- d) Promover a melhoria geral da mobilidade, aperfeiçoando a acessibilidade ao Castelo e a gestão da via pública e dos demais espaços de circulação.

MODELO HABITACIONAL

A atual dispersão do parque habitacional que se regista no concelho de Celorico de Basto é resultado direto da estrutura fundiária, assente na pequena propriedade agrícola de exploração por conta própria, que determinou uma estreita relação espacial entre a habitação e o trabalho.

Hoje começam a ganhar expressão urbana os aglomerados da sede do concelho, das vilas de Fermil e de Gandarela e do aglomerado da Mota, cujas intervenções de requalificação urbanística e instalação de equipamentos de utilização coletiva tiveram importância na fixação de população nestas localidades.

Nas áreas de reabilitação urbana delimitadas, a ocupação até meados do século XX foi sendo realizada através de uma ocupação nuclear primária, junto dos principais espaços públicos, contribuindo para a existência de uma centralidade bem marcada. Posteriormente, a construção foi crescendo de forma linear ao longo das principais vias, principalmente, ao longo das Estradas Nacionais que servem este território e que estabelecem as relações interconcelhias.

Apesar do modelo territorial de desenvolvimento urbano que estes núcleos compõem, apenas cerca de 28% do total de indivíduos residentes no concelho de Celorico de Basto residem nos mesmos, com especial destaque para o centro de Celorico de Basto, onde reside 16,5% do total da população residente. Estes valores mostram a dispersão deste território, onde mais de 70% da população residente habita fora destes centros urbanos, ainda que, tendo em conta os Censos de 2011, 30% do total de crianças que residem no concelho de Celorico, habitam nestes centros urbanos e, por sua vez, apenas 24% dos idosos residentes, vivem nos quatro núcleos urbanos, o que demonstra que a população jovem, quando constitui família, procura os centros urbanos para fixação da mesma.

O Município, tendo em consideração a percentagem de crianças e idosos nestes centros urbanos, pretende recuperar edifícios públicos, alguns que devido à reestruturação de serviços estão sem utilização, para integrar mais serviços de proximidade à população, e criar mais valências adaptadas às necessidades atuais. Assim pretende-se no centro tradicional do concelho, integrar no edifício do antigo ciclo preparatório, serviços na área de ensino, cultura e ainda a dinamização de algumas associações locais, e reabilitar o edifício dos Antigos Paços do Concelho.

Nas ARU das Vilas de Gandarela e de Fermil existe a intenção de reabilitar os edifícios das antigas escolas primárias, da junta de freguesia de Basto (S. Clemente) e, ainda, o edifício da Associação Cultural e Recreativa de Fermil, de forma a melhorar as infraestruturas.

Na ARU do Centro Urbano de Mota, pretende-se requalificar um edifício para a instalação de serviços de proximidade, com o objetivo de se criar uma plataforma física de serviços, permanente ou temporária, que concretize a política municipal de descentralização dos serviços e de aproximação dos mesmos à população.

Posto isto, nas seis ARU delimitadas, residem um total de 1.529 indivíduos, que correspondem a 7,6% do total da população residente do concelho de Celorico de Basto. De modo geral, à exceção da ARU da Aldeia do Castelo, a percentagem de crianças é mais elevada face à realidade do concelho (corresponde a cerca de 14% dos indivíduos residentes), dando especial destaque à ARU do Parque Lúdico de Boques (28,3% dos indivíduos residentes) e à ARU do Centro Urbano da Mota (19,1% dos indivíduos residentes). Contrariamente, a percentagem de idosos nas ARU em estudo é maior na ARU do Centro Tradicional (21,8% dos indivíduos residentes) e na ARU da Aldeia do Castelo (26,3% dos indivíduos residentes), o que pode ser justificado pelo facto destas localidades serem das mais antigas do concelho.

Quadro 2 - População residente por grupo etário, nas ARU em estudo, em 2011

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	TOTAL	0-13 ANOS	15-24 ANOS	25-64 ANOS	MAIS DE 64 ANOS
ARU 1 - Parque Lúdico de Boques	53	28,30%	7,55%	60,38%	3,77%
ARU 2 - Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Centro Tradicional	193	14,51%	13,47%	50,26%	21,76%
ARU 3 - Vila da Gandarela	373	15,55%	12,60%	54,16%	17,69%
ARU 4 - Vila de Fermil	146	15,01%	7,51%	58,22%	19,18%
ARU 5 - Centro Urbano da Mota	456	19,08%	13,82%	52,41%	14,69%
ARU 6 – Aldeia do Castelo – Antiga Villa de Basto	38	7,89%	7,89%	57,89%	26,32%

Fonte: XV Recenseamento Geral da População (informação à subsecção estatística), Instituto Nacional de Estatística.

Os valores (Quadro 2) mostram que estes centros urbanos possuem um enorme potencial dinamizador e uma grande capacidade de atração de população jovem e, por isso, a estratégia de desenvolvimento para este território, deve passar por tentar atrair e fixar um maior número de indivíduos, de forma a consolidar cada vez mais estes núcleos.

Neste seguimento, num território feito de níveis diferenciados de aglomeração e densidade populacional, o fenómeno da saída de pessoas dos centros urbanos para áreas mais periféricas (de modo a encontrar melhor qualidade de vida, e a possibilidade de ir ao encontro de tipologias habitacionais individuais, com associação a parcelas destinadas a logradouro e jardim), reflete-se na diminuição do número de

alojamentos ocupados e um certo esvaziamento das áreas centrais, num processo paralelo de degradação do parque edificado e de atração da atividade económica.

Olhando para as quatro principais áreas urbanas do concelho, onde o parque edificado é mais compacto, verifica-se (Censos de 2011) que estes aglomerados concentram 23% (2.249 edifícios face aos 9.972 localizados concelho) do total de edifícios e 26% (2.733 alojamentos face aos 10.633 existentes concelho) do total de alojamentos, existentes no território concelhio. No que respeita às seis ARU (Quadro 3), encontram-se aqui localizados 481 edifícios (o que equivale a 4,8% do total de edifícios do concelho) e 698 alojamentos (correspondendo a 6,6% do total do território concelhio). Como as ARU (à exceção da ARU da Aldeia do Castelo), estão incluídas nos quatros centros urbanos do concelho, importa verificar qual a percentagem que estas ocupam nestas áreas urbanas. Começando pela ARU do Parque Lúdico de Boques, os 5 edifícios aqui localizados albergam 36 alojamentos, que representam 2,2% do total da Vila de Celorico de Basto, mostrando aqui a importância dos edifícios coletivos. Já na ARU do Centro Tradicional, encontramos 67 edifícios que acomodam 116 alojamentos, que representam cerca de 7% do total da Vila de Celorico de Basto.

No que se refere às ARU localizadas nas vilas de Gandarela, Fermil e aglomerado de Mota, por estas abrangerem uma maior área, a percentagem de edifícios e alojamentos é maior face ao total das vilas. Assim, na ARU da Vila de Gandarela, encontramos 155 edifícios (equivale a 35,6% do total da vila) e 182 alojamentos (equivale a 35,3% do total da vila). Por seu turno, na ARU da Vila de Fermil localizam-se 68 edifícios que abrangem 97 alojamentos, e que representam, respetivamente, 27,8% e 32% face ao total da vila. Já o parque edificado da ARU do Centro Urbano de Mota é constituído por 141 edifícios (91,6% do total do aglomerado) e 222 alojamentos (94,1% do total do aglomerado), mostrando mais uma vez a importância dos edifícios coletivos aqui.

Por fim, na ARU da Aldeia do Castelo, a totalidade dos edifícios são isolados, que correspondem a 45 alojamentos, e que representam cerca de 4,5% do total da freguesia de Arnoia.

Quadro 3 - Número de edifícios e alojamentos nas ARU em estudo, e a percentagem face aos centros urbanos²

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	N.º DE EDIFÍCIOS		N.º DE ALOJAMENTOS	
	TOTAL	% FACE AO CENTRO URBANO	TOTAL	% FACE AO CENTRO URBANO
ARU 1 - Parque Lúdico de Boques	5	0,35%	36	2,15%
ARU 2 - Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Centro Tradicional	67	4,73%	116	6,91%

² No caso da ARU 1 - Parque Lúdico de Boques e ARU 2 - Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Centro Tradicional, o centro urbano corresponde à Vila de Celorico de Basto.

No caso da ARU 6 - Castelo de Arnoia, a percentagem apresentada é face à freguesia de Arnoia, já que esta não se encontra incluída em nenhum centro urbano.

Nas restantes ARU o centro urbano ao qual foi feita a percentagem, corresponde aos centros urbanos com a mesma designação.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	N.º DE EDIFÍCIOS		N.º DE ALOJAMENTOS	
	TOTAL	% FACE AO CENTRO URBANO	TOTAL	% FACE AO CENTRO URBANO
ARU 3 - Vila da Gandarela	155	35,63%	182	35,27%
ARU 4 - Vila de Fermil	68	27,76%	97	32,01%
ARU 5 - Centro Urbano da Mota	141	91,56%	222	94,07%
ARU 6 - Aldeia do Castelo – Antiga Villa de Basto	45	4,57%	45	4,45%

Fonte: V Recenseamento Geral da Habitação (informação à subsecção estatística), Instituto Nacional de Estatística.

No que se refere aos alojamentos vagos, na ARU Parque Lúdico de Boques e ARU do Centro Tradicional, a percentagem varia entre os 10% e os 11% do total de alojamentos. Já a ARU da Vila de Gandarela e a ARU da Vila de Fermil, apresentam as percentagens mais reduzida, onde apenas 6% dos alojamentos encontram-se vagos. Na ARU do Centro Urbano da Mota, cerca de 18% do total de alojamentos encontram-se vagos, e por fim, na ARU da Aldeia do Castelo cerca de 55% dos alojamentos encontram-se vagos.

Nas áreas de reabilitação urbana, predominam os edifícios isolados em deterioramento das restantes tipologias (mais de 80% do total de edifícios existente em cada ARU), com exceção das ARU da sede do concelho, onde apenas cerca de 50% correspondem a edifícios isolados. Nas ARU localizadas na Vila de Celorico de Basto, verifica-se o predomínio de edifícios coletivos com cêrceas entre os 2 e 4 pisos, praticamente sem logradouro.

Relativamente à estrutura funcional do parque edificado existente, em todas as ARU, predominam os edifícios exclusivamente residenciais (mais de 60%), face aos edifícios principalmente residenciais e principalmente não residenciais. Ressalva-se que, apenas na ARU Vila da Gandarela e na ARU de Vila de Fermil verifica-se a presença de edifícios principalmente não residenciais, com especial destaque para esta segunda ARU, onde 14,71% dos edifícios correspondem a esta estrutura funcional.

A emigração registada ao longo do último século, numa primeira fase para o Brasil, depois para França e mais tarde para a Suíça, e as migrações para as grandes zonas metropolitanas do litoral, levou a um crescimento dos alojamentos familiares de uso secundário que representavam, em 2011, 22,8% do total de alojamentos familiares, enquanto em 2001 representavam 21% e em 1991, 16%.

Como já foi apontado anteriormente, com exceção da ARU Parque Lúdico de Boques, que se enquadra como zona ribeirinha, pois é atravessada pela ribeira de Boques, todas as restantes ARU do concelho de Celorico de Basto são consideradas como centros históricos, pois mais de 15% do seu edificado possui mais de 60 anos e porque coincidem com áreas habitacionais mais antigas e tradicionais, tendo sido a origem do aglomerado.

Quadro 4 - Época de construção dos edifícios das ARU estudadas

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	<1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-1995	1996-2000	2001-2005	2005-2011
ARU 1 - Parque Lúdico de Boques	0%	20%	0%	0%	0%	20%	0%	0%	40%	20%
ARU 2 - Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Centro Tradicional	20,9%	3%	6%	13,4%	10,4%	34,3%	3%	3%	6%	0%
ARU 3 - Vila da Gandarela	2,6%	7,7%	16,1%	14,8%	12,9%	17,4%	9,0%	6,5%	9,0%	3,9%
ARU 4 - Vila de Fermil	7,4%	7,4%	11,8%	20,6%	16,2%	11,8%	4,4%	2,9%	8,8%	8,8%
ARU 5 - Centro Urbano da Mota	9,9%	7,8%	2,8%	5%	7,1%	17%	15,6%	14,2%	11,3%	9,2%
ARU 6 - Aldeia do Castelo – Antiga Villa de Basto	15,6%	28,9%	22,2%	0%	11,1%	13,3%	2,2%	4,4%	2,2%	0%

Fonte: V Recenseamento Geral da Habitação (informação à subseção estatística), Instituto Nacional de Estatística.

Observando a época de construção do parque edificado das seis ARU, fazendo ênfase ao edificado construído até 1960³, observa-se que este correspondia em 2011, na ARU do Centro Tradicional a 30%, na ARU da Vila de Gandarela a 26,5%, na ARU da Vila de Fermil a 27%, na ARU do Centro Urbano de Mota a 20,6% e por fim na ARU da Aldeia do Castelo a 67%. Já na ARU do Parque Lúdico de Boques a construção é mais recente, existindo apenas um edifício com mais de 60 anos.

No que respeita ao estado de conservação dos edifícios existentes nas seis ARU delimitadas no concelho de Celorico de Basto, o Quadro 5 expõem a percentagem de edifícios com necessidades de intervenção, de acordo com os dados do INE.

Quadro 5 - Estado de conservação dos edifícios localizados nas ARU de Celorico de Basto, em 2011

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	%
ARU 1 - Parque Lúdico de Boques	Sem necessidade de reparação	100%
	A necessitar de pequenas reparações	0%
	A necessitar de médias reparações	0%
	A necessitar de grandes reparações	0%

³ Optou-se analisar pelo ano de 1960, uma vez que os dados do INE não apresentam o ano específico (1956) para conseguirmos identificar com clareza os edifícios construídos há mais de 60 anos. Neste sentido, ou escolheríamos o ano de 1945 ou de 1960, e se escolhêssemos o primeiro iríamos estar a perder 10 anos de construção, e assim ao escolher o segundo abrangemos um maior número de edifícios que possui atualmente mais de 60 anos.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	%
	Muito degradado	0%
ARU 2 - Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Centro Tradicional	Sem necessidade de reparação	72,5%
	A necessitar de pequenas reparações	15%
	A necessitar de médias reparações	10%
	A necessitar de grandes reparações	2,5%
	Muito degradado	0%
ARU 3 - Vila da Gandarela	Sem necessidade de reparação	86,32%
	A necessitar de pequenas reparações	1,42%
	A necessitar de médias reparações	12,26%
	A necessitar de grandes reparações	0%
	Muito degradado	0%
ARU 4 - Vila de Fermil	Sem necessidade de reparação	73,02%
	A necessitar de pequenas reparações	15,08%
	A necessitar de médias reparações	5,56%
	A necessitar de grandes reparações	3,17%
	Muito degradado	3,17%
ARU 5 - Centro Urbano da Mota	Sem necessidade de reparação	55,85%
	A necessitar de pequenas reparações	22,73%
	A necessitar de médias reparações	7,79%
	A necessitar de grandes reparações	5,84%
	Muito degradado	7,79%
ARU 6 - Aldeia do Castelo – Antiga Villa de Basto	Sem necessidade de reparação	28,89%
	A necessitar de pequenas reparações	22,22%
	A necessitar de médias reparações	24,44%
	A necessitar de grandes reparações	6,67%
	Muito degradado	17,78%

Fonte: V Recenseamento Geral da Habitação (informação à subsecção estatística), Instituto Nacional de Estatística, 2011.

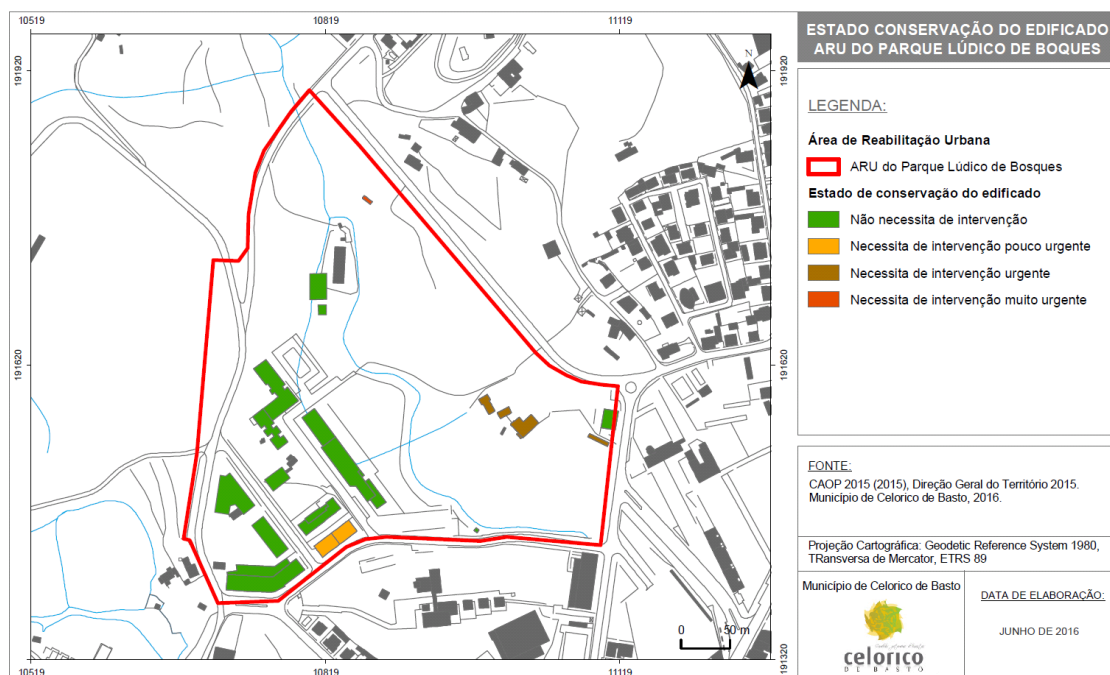
Assim, analisando os valores obtidos (Quadro 5), destaca-se o mau estado de conservação do parque edificado da ARU da Aldeia do Castelo, onde 71,1% dos edifícios necessitam de intervenção, sendo que destes cerca de 18% encontra-se em muito mau estado de conservação e 6,7% precisa de profundas reparações. Estes valores podem ser explicados pelo facto de, segundo os Censos 2011, nesta área predominarem os edifícios construídos antes de 1960 (67% dos edifícios), mas também pelo facto do aglomerado em volta do Castelo de Arnoia, ser um dos mais antigos do concelho de Celorico de Basto.

Nas restantes áreas, predominam os edifícios sem necessidade de reparação, sendo que na ARU do Parque Lúdico de Boques todos os inquiridos indicam que os edifícios não necessitam de intervenção. Na ARU do Centro Tradicional, os inquiridos indicam que apenas 2,5% dos edifícios (equivalente a dois edifícios) encontravam-se a necessitar de grandes reparações. Já na ARU de Vila de Fermil, encontramos quatro edifícios a necessitar de grandes reparações (equivalente a 3,2% do total da ARU, mas representa 80% do total de edifícios que carecem de grandes reparações do centro urbano de Fermil), e outros quatro edifícios muito degradados (correspondendo a 3,2% do total da ARU, mas que representam 50% dos edifícios muito degradados existentes neste centro urbano). Por sua vez, em 2011, na ARU do Centro Urbano da Mota, 5,8% dos edifícios precisavam de grandes reparações (9 edifícios), e 7,8% encontrava-se muito degradado (12 edifícios), sendo que estes valores correspondem ao total de edifícios a necessitar de grandes reparações e muito degradados presentes no aglomerado de Mota.

Contudo, esta informação não é mais correta, na medida que, após o levantamento do estado de conservação do parque edificado das seis ARU, observou-se uma grande disparidade nos valores.

Começando pela ARU do Parque Lúdico do Boques, 32% do edificado necessita de grandes intervenções (do total de edifícios que carece de intervenção, 25% das intervenções são pouco urgentes, 62,5% urgentes e 12,5% muito urgentes).

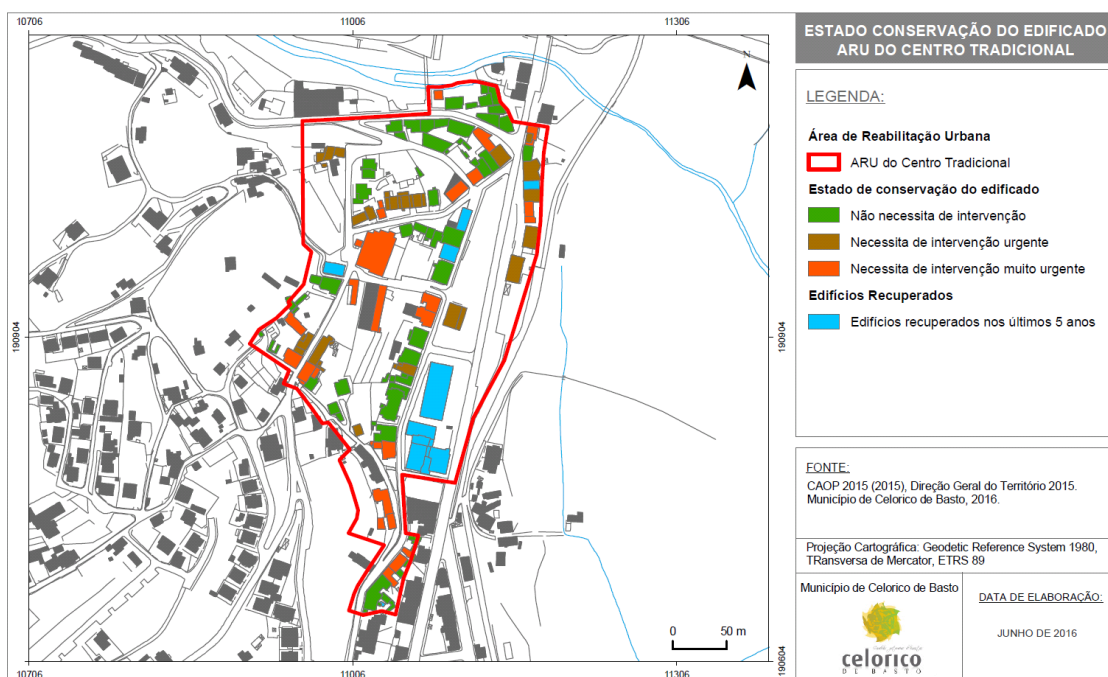
Mapa 9 - Edifícios recuperados e o estado de conservação dos edifícios da ARU do Parque Lúdico de Boques



Fonte: GeoAtributo, 2016.

Na ARU do Centro Tradicional, nos últimos 5 anos foram restaurados 13 edifícios, mas ainda cerca de 44% dos edifícios necessitam de grandes intervenções (do total de edifícios que necessita de intervenção, 53% das intervenções são urgentes e 47% são muito urgentes).

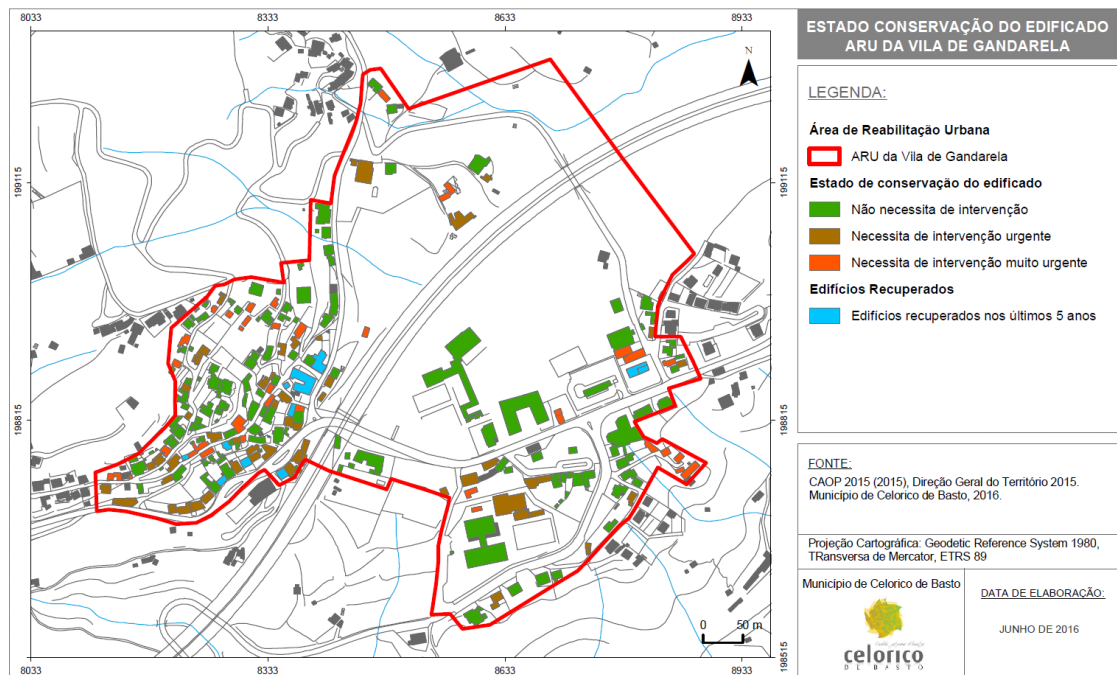
Mapa 10 - Edifícios recuperados e o estado de conservação dos edifícios da ARU do Centro Tradicional



Fonte: GeoAtributo, 2016.

Concertante à ARU da Vila de Gandarela apesar de nos últimos 5 anos terem sido restaurados 11 edifícios, ainda 38% do parque edificado apresenta necessidade de intervenção, devido à progressiva degradação dos edifícios (do total de edifícios que precisa de intervenção, 62% das intervenções são urgentes e 38% muito urgentes).

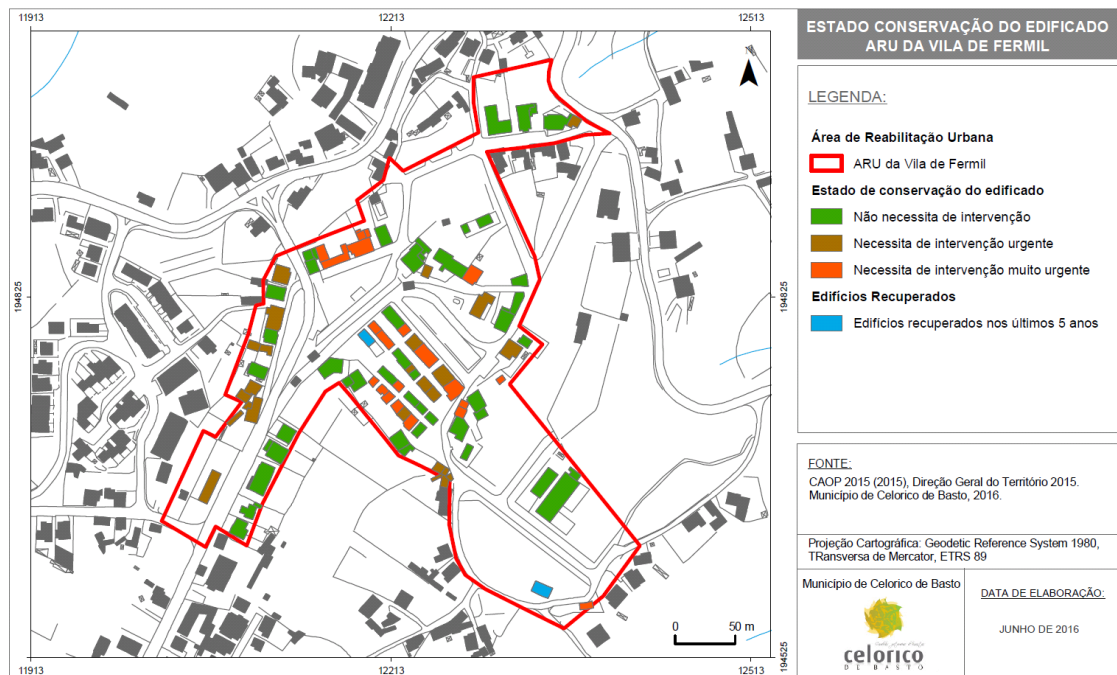
Mapa 11 - Edifícios recuperados e o estado de conservação dos edifícios da ARU da Vila de Gandarela



Fonte: GeoAtributo, 2016.

Relativamente à ARU da Vila de Fermil, nos últimos 5 anos foram restaurados 2 edifícios, contudo ainda 42% do parque edificado demanda grandes intervenções (do total de edifícios que carece de intervenção, 51% das intervenções são urgentes e 49% muito urgentes).

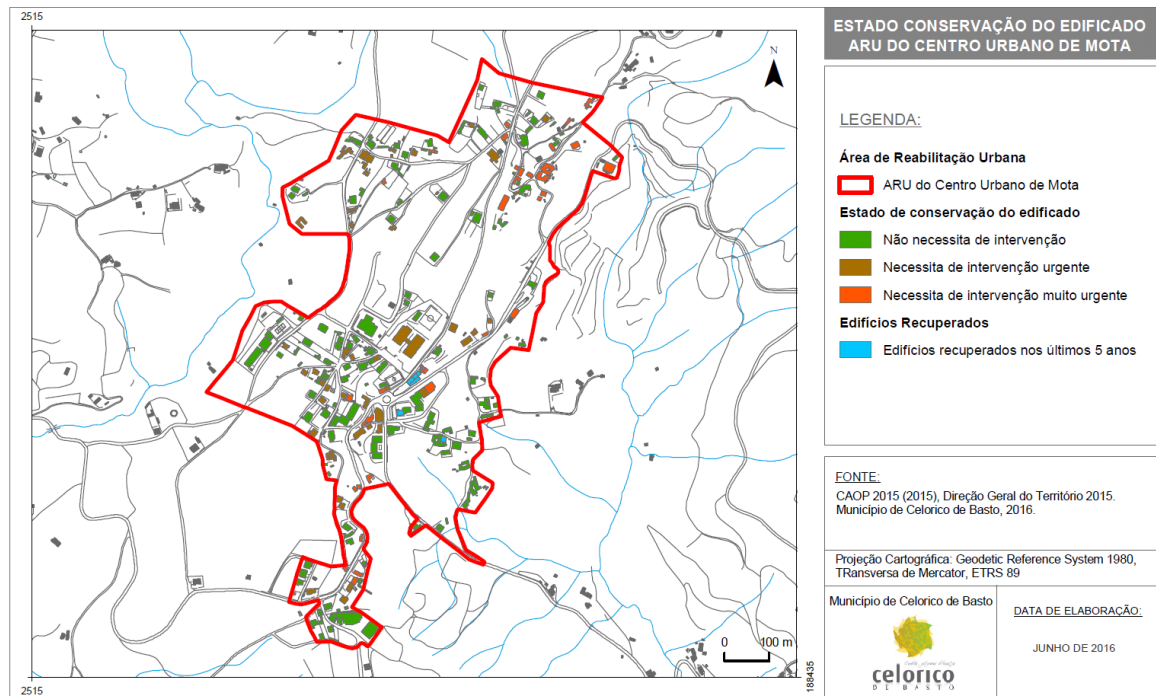
Mapa 12 - Edifícios recuperados e o estado de conservação dos edifícios da ARU da Vila de Fermil



Fonte: GeoAtributo, 2016.

Na ARU do Centro Urbano de Mota, foram reabilitados 6 edifícios nos últimos 5 anos, porém 32% do parque edificado apresenta um avançado estado de degradação, levando a que careça de profundas intervenções (do total de edifícios que precisa de intervenção, 63% assumem-se como urgentes e 37% muito urgentes).

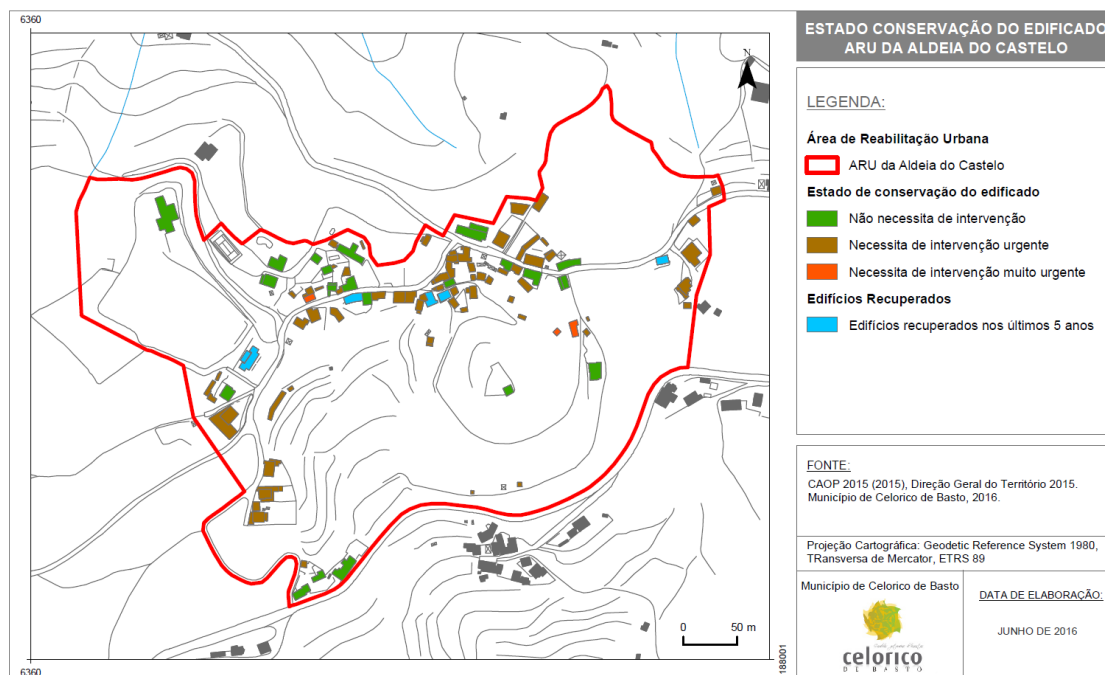
Mapa 13 - Edifícios recuperados e o estado de conservação dos edifícios da ARU do Centro Urbano de Mota



Fonte: GeoAtributo, 2016.

Por fim, na ARU da Aldeia do Castelo, nos últimos 5 anos foram apenas recuperados 6 edifícios, levando a que ainda 74% do parque edificado precise de grandes reparações devido ao seu avançado estado de degradação (do total de edifícios que carece de intervenção, 95% são urgentes e 5% muito urgentes).

Mapa 14 - Edifícios recuperados e o estado de conservação dos edifícios da ARU da Aldeia do Castelo



Fonte: GeoAtributo, 2016.

Concluindo, do ponto de vista estratégico e, de modo a fixar um maior número de residentes nos centros urbanos, torna-se necessário aplicar algumas intervenções de regeneração urbana, com especial enfoque no edificado (público e privado) que, atualmente, se encontra num mau estado de degradação, e no espaço público, numa lógica não só de valorização do espaço de utilização coletiva mas também como elemento catalisador do investimento público e privado na reabilitação do edificado existente e confrontante com tal espaço público.

Estas intervenções permitirão, assim, dotar estes espaços de características diferenciadoras e atrativas, apoiada em habitação de qualidade e em equipamentos coletivos capazes e diferenciadores, com uma vasta oferta de serviços associada. Mas estas intervenções deverão estar sempre sustentadas por ações imateriais de gestão e animação da área urbana e de promoção da atividade económica do município.

MODELO ECONÓMICO

Como já foi referido anteriormente, o aparelho económico tradicional está em profunda transformação, onde a construção civil, o comércio e os serviços são hoje os setores mais empregadores do concelho (ao contrário da NUT III - Tâmega e Sousa, onde a indústria é a atividade mais relevante), encontrando-se 53% do total dos indivíduos empregados no setor terciário e 41% no setor terciário.

Atualmente, o setor primário está novamente a ressurgir no concelho de Celorico de Basto, devido à implementação de vários projetos de plantas aromáticas e de frutos vermelhos e ao aparecimento de produtores engarrafadores e unidades de transformação de produtos agrícolas (RPDM de Celorico de Basto, 2014).

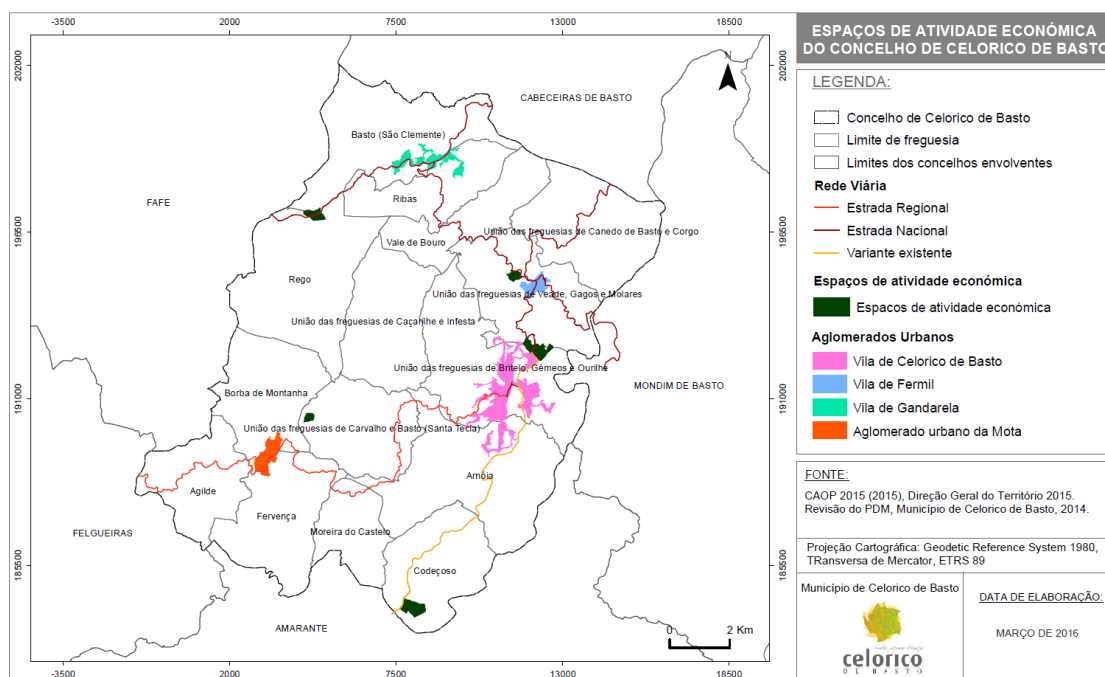
Tendo em conta os dados do Anuário Estatístico da Região Norte 2014, no ano de 2013, existiam no concelho de Celorico de Basto 1.300 empresas, ocupando uma posição muito desfavorável no contexto da NUT III - Tâmega e Sousa (décimo lugar no total de onze). No que se refere à densidade de empresas, o concelho de Celorico de Basto apresenta uma média de 7,2 empresas por km², muito abaixo do valor verificado na NUT II - Norte (17,6 empresas por km²) e na NUT III - Tâmega e Sousa (18,9 empresas por km²).

Na análise da atividade económica das empresas com sede no concelho, no ano de 2013 verifica-se o predomínio das empresas cuja atividade se enquadra no setor terciário (63% do total do concelho), com especial evidência para a atividade de comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (306 empresas, equivalendo a 24%) e de alojamento, restauração e similares (114 empresas correspondendo a 9%). Já as empresas dentro do setor secundário correspondem a cerca de 21% do total do concelho, destacando-se o setor da construção com 149 empresas (correspondendo a 12% do total de empresas) e as indústrias transformadoras com 111 empresas (equivalendo a 9% do total de empresas). Por fim, relativamente ao setor primário, existem neste território 215 empresas (correspondendo a 17% do total de empresas) dedicadas à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.

Atualmente, o concelho de Celorico de Basto dispõe de três parques de acolhimento empresarial localizados estrategicamente no território concelhio, junto dos principais eixos viários que atravessam o município (Mapa 15). O parque empresarial de Basto e polo de serviços de Crespos fica localizado próximo da sede do concelho e junto à variante do Tâmega (EN 210) que faz a ligação ao IP4/A4 em Amarante. Já a zona industrial da Lameira/Rego encontra-se localizada junto à estrada nacional 206 no limite do concelho e na proximidade de Fafe. Por fim, a zona industrial de Carvalho tem a sua localização próxima da estrada regional 101-4 que liga o concelho de Celorico de Basto ao vizinho concelho de Felgueiras (RPDM de Celorico de Basto, 2014).

Encontram-se em fase de desenvolvimento a zona industrial de Crespos, que constitui uma área de expansão do atual parque empresarial de Basto, localizado junto da Vila de Fermil e ainda a zona empresarial de Codessos, localizada na zona sul do concelho, na freguesia com o mesmo nome.

Mapa 15 - Espaços de atividade económica do concelho de Celorico de Basto



Fonte: GeoAtributo, 2016.

Desta forma, e fruto da estratégia territorial estabelecida, o concelho de Celorico de Basto vai ganhando notoriedade no que respeita à produção fabril, sobretudo no setor têxtil e do calçado. Embora estes espaços se situem fora da área de reabilitação urbana, é inegável a sua importância na atividade económica do concelho (produção de mais emprego), tornando-os elementos decisivos para o desenvolvimento local. Mas também são vistos, como elementos potencializadores para a assunção deste território na economia regional, e como locais capazes de atrair e fixar população ativa neste território, e a captar investidores externos ao município.

Igualmente, o turismo tem tido um grande incremento nos últimos anos, e confirmado com os dados acima referidos que fazem menção ao número de empresas direcionadas para o alojamento, restauração e similares. Em complemento apresentam-se mais alguns dados⁴ sobre o setor do turismo no concelho, onde em 2014 existiam 6 estabelecimentos de turismo de espaço rural e turismo de habitação (com uma capacidade de alojamento de 105 camas), tendo nesse ano registado 4.305 dormidas, realizadas por 1.239 hóspedes, oriundos especialmente de Portugal (825 hóspedes), sendo que fora de Portugal vêm pessoas

⁴ Retirados do Anuário Estatístico da Região Norte de 2014.

oriundas, especialmente de França (115 hóspedes), Espanha (88 hóspedes) e Alemanha (36 hóspedes). Ressalva-se, ainda, que a estada média de hóspedes é de cerca quatro noites (3,5 noites), que visitam o Município especialmente entre julho e setembro (proporção de 61,3%), e os proveitos totais oriundos dos estabelecimentos hoteleiros é cerca de 82 milhares de euros.

A adesão do Município de Celorico de Basto à Rota do Românico foi um fator essencial para o desenvolvimento neste setor, sendo um importante instrumento de captação de visitantes e turistas. Integram-se nesta rota alguns dos mais emblemáticos elementos culturais do Município e da Região do Tâmega e Sousa, nomeadamente o Castelo de Arnoia, a Igreja do Salvador de Ribas, a Igreja de Santa Maria de Veade e a Igreja do Salvador de Fervença. A Rota do Românico, para além de valorizar o património que lhe está intrínseco, é um fator de dinamização ao nível do empreendedorismo e da empregabilidade em áreas como o artesanato, hotelaria, restauração ou eventos.

Neste sentido, destaca-se a ARU da Aldeia do Castelo, cujo objetivo é a valorização do património enquanto conjunto arquitetónico alicerçando na promoção turística do Castelo da povoação que o rodeia, denominada de "Vila de Basto", que se encontra também na lista das Aldeias de Portugal. Para tal, encontra-se previsto a requalificação dos acessos à "Forca", da área envolvente ao Tanque Público e do espaço público dos acessos ao Castelo de Arnoia.

O turismo será certamente o passaporte para o crescimento económico da região, promovendo a valorização dos recursos existentes e, contribuindo de forma decisiva, para a fixação de pessoas através da criação de emprego. É com este ímpeto que as intervenções propostas para a regeneração urbana contribuirão, não só para a melhoria da qualidade de vida das populações urbanas, mas também, para o desenvolvimento cultural e turístico do concelho. Ao nível do espaço público, as intervenções de regeneração urbana contribuem para a revitalização da imagem urbana do concelho (apoiada na valorização integrada e sustentável dos espaços), atraindo assim um maior número de visitantes.

Também será relevante perceber o papel da requalificação e da reorganização do edificado e espaço público (principais vias e largos/praças) no comércio retalhista, este que é componente basilar da vivência urbana, pois faz parte da razão de ser dos arruamentos, e justifica parte da mobilidade que se realiza no seu interior, constituindo uma fonte de informação histórica, um polo difusor de informações, um lugar de contactos e um espaço de recreio e lazer. Assim, estas intervenções terão um papel fundamental no desenvolvimento e incremento do comércio local e turismo do concelho, pois além de trazer aos núcleos uma nova imagem ao núcleo, mais dinamizadora e atrativa a investidores exteriores, também reanimará a vida urbana e potencializará uma modernização do tecido empresarial.

Por fim, importa olhar para o estado ocupacional da população ativa residente no concelho e nas ARU. No ano de 2011, 6,7% da população residente no concelho de Celorico de Basto encontra-se desempregada e

23% dos indivíduos eram pensionistas ou reformados. Comparando estes valores com os obtidos nas ARU, verifica-se que ao nível do desemprego, apenas na ARU do Centro Urbano de Mota o valor registado era superior à média concelhia (8,6% dos indivíduos encontravam-se desempregados). Já os valores mais reduzidos no que toca aos indivíduos residentes desempregados encontram-se nas ARU do Parque Lúdico de Boques (3,8%) e do Centro Tradicional (4,2%).

Num concelho onde o índice de envelhecimento é bastante elevado, verifica-se que ao nível da população pensionista ou reformada, as áreas com maior percentagem de idosos residentes, registam-se na ARU do Centro Tradicional (22,3% do total de indivíduos residentes), na ARU de Fermil (24% do total de indivíduos residentes) e na ARU da Aldeia do Castelo (29% do total de indivíduos).

Relativamente à população empregada, esta representa cerca 34,3% do total de indivíduos que residem no concelho de Celorico de Basto, sendo que nas ARU a percentagem de indivíduos no ativo é superior à média concelhia. Na ARU do Centro Tradicional a percentagem de indivíduos empregados corresponde a quase 42% e na ARU do Parque Lúdico de Bosques a cerca de 60%, sendo que em ambas, mais de 80% da população empregada encontra-se afeta ao setor terciário, naturalmente por se tratar da sede de concelho, onde existe maior concentração de equipamentos de utilização coletiva (de onde se realça os setores da saúde, educação e cultura) e das principais funções comerciais e de serviços.

Por sua vez, na ARU da Vila de Gandarela, 39,7% dos indivíduos encontram-se empregados, sendo que destes 55,4% encontra-se a trabalhar no setor terciário e 42,6% no setor secundário, começando aqui a crescer a importância da indústria no trabalho dos habitantes desta localidade. Já na ARU da Vila de Fermil, menos de metade da população residente encontrava-se empregada (40,4% do total de indivíduos), sendo que 78% laborava no setor terciário e os restantes 22% no setor secundário.

Contrariando a realidade vivenciada nestas ARU, na ARU do Centro Urbano da Mota dos 37,3% indivíduos residentes empregados, 51,2% trabalham no setor secundário, face aos 45,3% de indivíduos que trabalham no setor terciário.

Por fim, na ARU da Aldeia do Castelo observa o valor mais reduzido referente à percentagem de indivíduos empregados (36,9% do total de indivíduos), contudo a percentagem de indivíduos a trabalhar no setor primário é maior, quase 15% do total da população empregada, já os restantes indivíduos empregados distribuem-se equitativamente pelo setor secundário e terciário.

Quadro 6 - População pensionista/reformada, desempregada e empregada em cada uma das ARU, e respetivo setor de atividade

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO PENSIONISTA /REFORMADA	POPULAÇÃO DESEMPREGADA	POPULAÇÃO EMPREGADA	POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA		
				SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO
ARU 1 - Parque Lúdico de Boques	3,77%	3,77%	58,49%	0,00%	19,35%	80,65%
ARU 2 - Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Centro Tradicional	22,28%	4,15%	41,45%	1,25%	12,50%	86,25%
ARU 3 - Vila da Gandarela	20,38%	5,09%	39,68%	2,03%	42,57%	55,41%
ARU 4 - Vila de Fermil	23,97%	6,16%	40,41%	0,00%	22,03%	77,97%
ARU 5 - Centro Urbano da Mota	17,11%	8,55%	37,28%	3,53%	51,18%	45,29%
ARU 6 - Aldeia do Castelo – Antiga Villa de Basto	28,95%	5,26%	36,84%	14,29%	42,86%	42,86%
Concelho de Celorico de Basto	22,95%	6,65%	34,28%	5,63%	41,48%	52,89%

Fonte: XV Recenseamento Geral da População (informação à subseção estatística), Instituto Nacional de Estatística.

Importa ainda indicar que o ganho médio mensal dos trabalhadores nos estabelecimentos do município é de cerca de 756 euros, sendo que no setor secundário o ganho mensal é de 657 euros, e no setor terciário é de cerca de 849 euros. Estes valores são bastante semelhantes aos observados na NUT III - Tâmega e Sousa, onde o salário mensal anda na ordem dos 758 euros, sendo que no setor secundário a média é de 712 euros e no terciário é de 849 euros.

Perceciona-se, assim, que a requalificação do meio urbano, quer na expansão e melhoria dos espaços públicos em articulação com os equipamentos, quer na requalificação do parque edificado, contribuirão em larga escala para a fixação da população, cada vez mais qualificada, que sustenta estes meios urbanos através dos serviços, comércio e indústria.

Também o desenvolvimento de ações com vista à gestão e animação da área urbana irão atrair ao concelho mais pessoas, no sentido de, para além de valorizar o património, ser um fator de dinamização ao nível do empreendedorismo e da empregabilidade nas áreas da restauração, artesanato e hotelaria.

REGRAS E CRITÉRIOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

O património arquitetónico, como garante da salvaguarda da história individual, do lugar e depósito da memória coletiva, tem a sua riqueza enquadrada numa perspetiva cultural, simbólica e por isso de utilidade pública. Desta forma, mais do que uma atuação balizada por espartilhos rígidos e herméticos, deve reger-se a regeneração urbana por princípios sólidos e coerentes, pelo que uma das linhas orientadoras da reabilitação deverá ser a aplicação de critérios de intervenção, assentes na qualidade técnica e arquitetónica da intervenção, feita em harmonia com o conjunto em que se insere. Esta integração no contexto é relevante, na medida em que o PARU é pensado como um Plano enquadrado com as restantes políticas municipais e dinâmicas territoriais, não se podendo considerar de forma isolada ou com incidência espacial demasiado restrita. Desta forma, o tratamento deve ser equitativo e extensível a todo o património, embora com níveis de prioridade diferentes, atribuindo importância ao conjunto e não apenas a uma intervenção pontual em estruturas ou partes de estruturas alheadas do todo.

A nível regulamentar da defesa dos bens patrimoniais, a lei de bases do património arquitetónico e arqueológico assume particular relevância, assim como as medidas de salvaguarda expressas no Plano Diretor Municipal. Neste aspeto o PDM inventaria todos os bens ou conjuntos de “interesse cultural” com relevância, aos quais, pela sua singularidade e representatividade, se reconhece valor cultural suficiente para que tenham, por parte do Município, um tratamento e enquadramento direcionado à sua preservação e promoção. Embora deva ser considerado todo o património instalado, existem níveis de prioridade e de importância histórica e cultural, devidamente salvaguardados e regulamentados no Plano Diretor Municipal, estabelecendo uma hierarquia que se distribui pelos seguintes níveis valorativos:

- V1: Elementos patrimoniais de superior interesse cultural;
- V2: Elementos patrimoniais de interesse relevante;
- V3: Elementos patrimoniais de interesse;
- V4: Outros elementos patrimoniais.

A esta classificação está associada uma área de salvaguarda, constituída pelas áreas delimitadas em torno do elemento patrimonial em questão.

O Município, não obstante a articulação com outras entidades com competência no setor, deve zelar pela salvaguarda do património como garante da identidade física, obedecendo e fazendo cumprir normas, como a validação de intervenções/demolições dos elementos ou conjuntos integrantes, em qualquer dos níveis de classificação, apenas quando considere que tais ações não diminuem nem prejudicam o seu

interesse e valor histórico-cultural. Pode ainda a Câmara Municipal subordinar a viabilização das intervenções ao cumprimento dos condicionamentos que entenda necessários para o efeito. Quaisquer obras ou intervenções dentro das áreas de salvaguarda referidas poderão ser sujeitas a condicionamentos especiais relativamente às atividades a instalar e/ou à configuração volumétrica e aspeto exterior das edificações, sempre que o Município entenda que tal é necessário para garantir a compatibilização funcional e formal da intervenção com os elementos patrimoniais que as referidas áreas enquadram.

Para além disso, os processos de controlo prévio das operações urbanísticas relativas a intervenções nos elementos patrimoniais dos níveis V1, V2 ou V3, ou nas respetivas áreas de salvaguarda, são obrigatoriamente instruídos com relatório técnico (elaborado e subscrito por técnico habilitado), que explicita de que forma as soluções encontradas para a intervenção procuram garantir a salvaguarda do interesse e valor histórico-cultural do bem patrimonial e o seu enquadramento visual, sendo a validação do relatório, por parte da Câmara Municipal, condição indispensável para a viabilização da intervenção pretendida.

Ao nível da configuração urbanística, o processo de regeneração urbana é também um processo de transformação do qual se pretende a renovação da imagem urbana conceptualmente regulamentada no PDM. Neste sentido, sempre que possível, sem prejuízo dos direitos dos proprietários, deverão ser aplicados os princípios e regras urbanísticas instituídas, nomeadamente no que respeita ao alinhamento de fachadas e planos e à uniformização das características mínimas dos arruamentos: i) considerar sempre que possível uma largura mínima de 1,6 m; ii) largura de faixas de rodagem múltipla de 3,0 m; iii) considerar sempre que possível estacionamentos laterais expressamente demarcados à margem da faixa de rodagem.

Acrescenta-se, ainda, que está previsto para todas as ARU, em sede de PDM, a pormenorização dos níveis de planeamento e regulamento quer por execução de plano de pormenor (Gandarela, Arnoia e Centro Tradicional da Vila de Celorico de Basto), quer por plano de urbanização (Fermil, Mota e Vila de Celorico de Basto).

No contexto de valorização e proteção patrimonial, destaca-se a ARU da Aldeia do Castelo – Antiga *Villa de Basto*, primeiro devido à sua importância histórica e, segundo, por ser a área onde se encontram os elementos patrimoniais com maior relevância a nível concelhio e regional, nomeadamente o Castelo de Arnoia (Monumento Nacional desde 1946) e a Povoação do Castelo ou "Villa de Basto".

O objetivo geral da intervenção pretende preservar e valorizar a identidade da antiga *Villa de Basto*, melhorando a sua atratividade e potenciando o seu desenvolvimento económico e social, através do aproveitamento dos recursos naturais e arquitetónicos, num quadro de intervenções de carácter público e privado.

No sentido de facilitar e operacionalizar uma estratégia de intervenção pretende-se atingir um conjunto de objetivos, designadamente:

1. Objetivos de natureza ambiental e paisagística:
 - Valorizar o património arquitetónico;
 - Preservar a diversidade ambiental e paisagística e riqueza ecossistémica;
 - Requalificar os espaços públicos.
2. Objetivos de natureza económica:
 - Introduzir mais-valias através da criação de condições favoráveis ao turismo;
 - Valorizar as propriedades;
 - Possibilitar ganhos de rendimentos através do incentivo de novas atividades complementares da agricultura e reativação de profissões em decadência.
3. Objetivos de natureza social:
 - Contribuir para a inversão da tendência crescente de desertificação da aldeia;
 - Atrair antigos e/ou novos residentes e aumento do fluxo de visitantes;
 - Recuperar e apetrechar determinados edifícios para dinamização de atividades culturais, sociais, formativas, recreativas, etc.;
 - Melhorar as condições de acesso aos locais de interesse coletivo;
 - Melhorar as condições de vida da população local.

Existem diversos tipos de operações que os particulares poderão levar a cabo à luz das regras do PDM. No entanto, existirá outro conjunto de intervenções que exigirá um parecer prévio, cujas obras tenham impacto sobre o espaço público ou sobre a qualidade ambiental e paisagística, pretendidas para a zona envolvente, nomeadamente:

- Recuperação e/ou substituição de vãos na habitação;
- Recuperação e/ou substituição de varandas na habitação;
- Recuperação e/ou substituição da cobertura na casa de habitação;
- Recuperação de chaminé na casa de habitação;
- Recuperação e/ou lavagem de fachadas na casa de habitação;
- Substituição de cobertura em espigueiros ou anexos existentes;
- Substituição dos elementos de madeira em espigueiros;
- Colocação de pedras em eiras;
- Recuperação e/ou edificação de vedações.

Sobre estas intervenções, pensa-se que a melhor forma será haver um parecer prévio, no sentido da Câmara Municipal disponibilizar um técnico, de preferência arquiteto, que possa dar algumas orientações, sempre que haja intenção dos particulares intervirem nas suas edificações.

PLANO DE INVESTIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO

Para cada uma das ARU identificadas, encontra-se previsto um variado leque de intervenções de regeneração urbana, que se organizam como prioritárias, estando na linha da frente das necessidades identificadas pelo Município de Celorico de Basto, e outras complementares que, pese embora a sua relevância no contexto global, acontecerão adicionalmente como suporte e enquadramento. Aqui incluem-se medidas de intervenção integrada que abarcam a qualificação urbanística, a mobilidade, a melhoria da imagem urbana, a valorização ambiental e patrimonial e a dinamização económica.

Na consonância destas ações, identifica-se a *“Prioridade de Investimento 6.5 – Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído”*, que tem como objetivo principal promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística dos territórios de baixa densidade e de ocupação dispersa enquanto fator de diferenciação e afirmação regional.

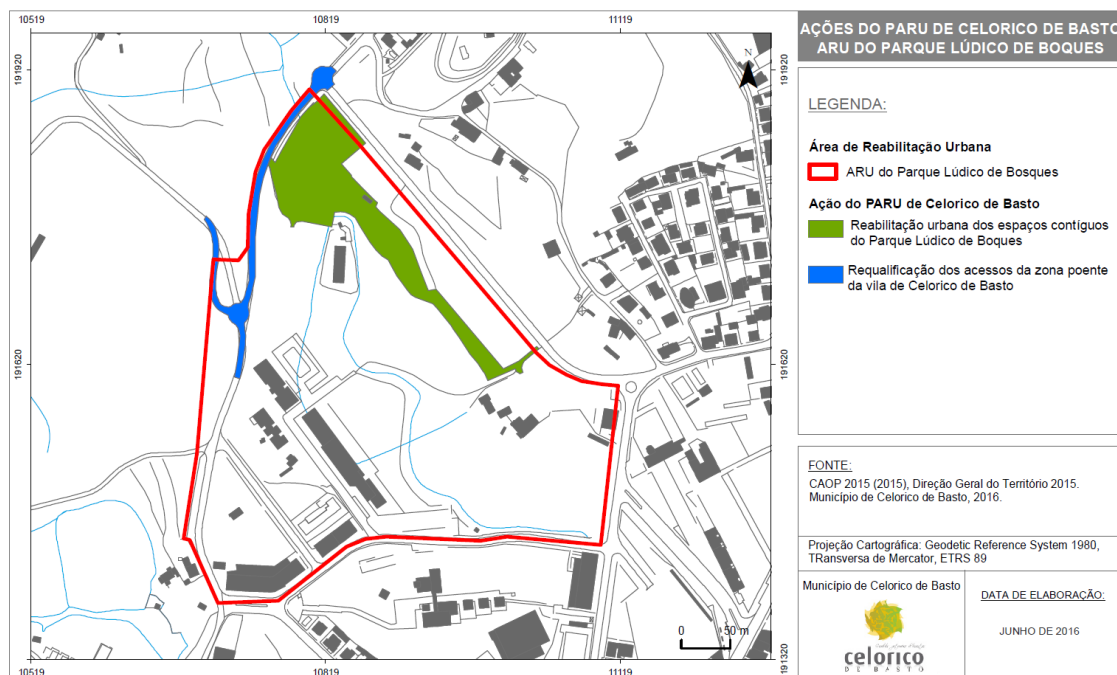
ARU 1 - Parque Lúdico de Boques – vila de Celorico de Basto

As intervenções a levar a cabo nesta área enquadram-se numa estratégia de desenvolvimento da vila de Celorico de Basto, numa aposta clara na sua expansão para a zona noroeste da mesma.

Atendendo à relação de proximidade deste espaço com o centro tradicional, o Município tem apostado no desenvolvimento desta zona, localizando aí importantes equipamentos públicos.

Nesta visão, numa primeira fase de intervenção apenas foram definidos alguns caminhos com vista a estruturação de uma rede de percursos pedonais. Contudo, de forma a dar continuidade às intervenções, o Município de Celorico de Basto tem definido neste plano duas ações prioritárias de intervenção: a primeira referente à reabilitação urbana dos espaços contíguos do Parque Lúdico de Boques, onde está prevista a ampliação do parque, com vista à qualificação da zona ribeirinha, integrada na área urbana da vila de Celorico de Basto, a continuação da estruturação de uma rede de percursos pedonais, a implantação de alguns equipamentos lúdicos, desportivos e recreativos, a redefinição da iluminação da área e a requalificação paisagística das margens da ribeira e área envolvente; a segunda corresponde à requalificação dos acessos da zona poente da vila de Celorico de Basto, com vista à ampliação das faixas pedonais da zona envolvente do Parque Lúdico de Boques e ainda a redefinição do traçado viário de modo a clarificar as conexões com os restantes arruamentos existentes.

Mapa 16 - Ações do PARU de Celorico de Basto previstas para a ARU do Parque Lúdico de Boques



Fonte: GeoAtributo, 2016.

Como complemento, é ainda intenção do Município que ocorra a recuperação da casa e quinta de Burguete, que hoje apresenta um mau estado de conservação, desqualificando a imagem do local.

ARU 2 - Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Centro Tradicional

A área central do concelho tem sofrido, ao longo dos últimos anos, sucessivas intervenções, como a implementação de diversas funções urbanas, linhas estruturantes artificiais e naturais. Porém, é importante continuar a reforçar o Centro Tradicional e melhorar a imagem urbana, mas para tal, torna-se fundamental requalificar os principais espaços públicos e áreas edificadas obsoletas.

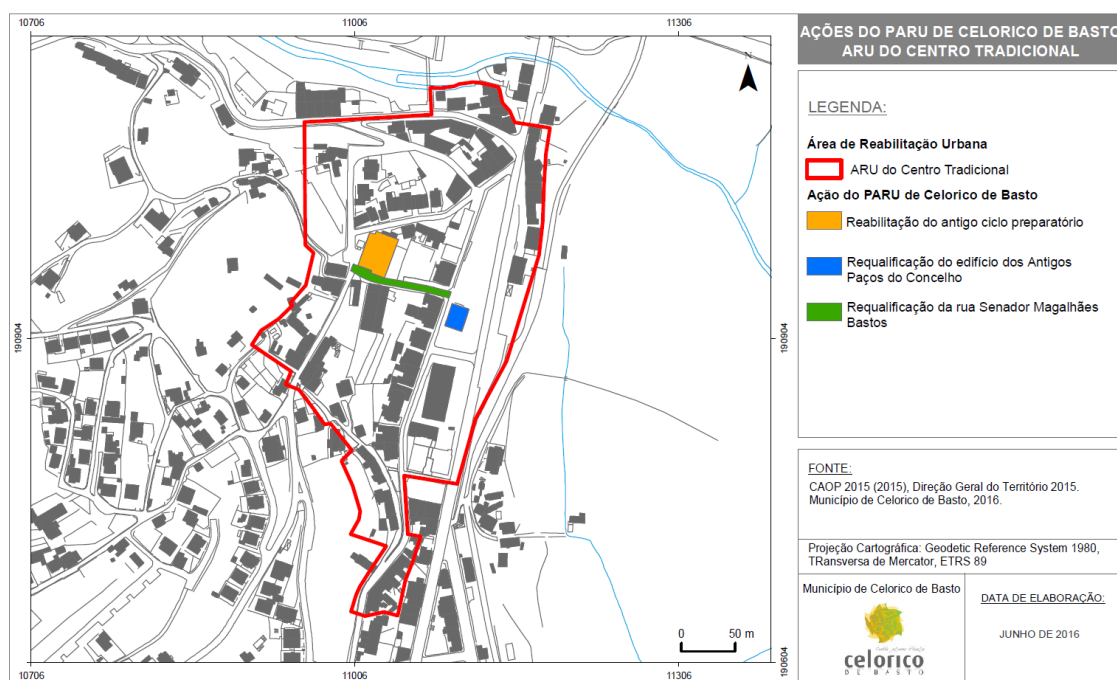
Neste sentido, o Município tem como ações prioritárias neste plano, intervir no edifício do antigo ciclo preparatório, requalificar a rua Senador Magalhães Bastos e reabilitar o edifício dos antigos Paços do Concelho.

A reabilitação do edifício do antigo ciclo preparatório tem como intenção principal integrar serviços na área de ensino, cultura e ainda dinamização de algumas associações locais. A ação inclui, ainda, a requalificação do espaço público da envolvente do edifício, assim como o incentivo à reabilitação de todo o conjunto edificado como meio para melhorar a imagem do local que se encontra algo degradada.

Com a requalificação da rua Senador Magalhães Bastos pretende-se valorizar o espaço central através da reestruturação do espaço público do arruamento que, em conjunto com outros espaços públicos já intervencionados, proporcionarão à vila uma rede viária qualificada, segura e mais confortável. Esta intervenção inclui a construção de passeios de forma a privilegiar o percurso pedonal face ao uso do automóvel no acesso a diversos equipamentos e serviços, alteração do perfil transversal, redesenho dos rebaixamentos para peões e intervenção no desenho de escadas públicas.

Já com a requalificação do edifício dos antigos Paços do Concelho (Casa dos Faria), reconvertendo este para a instalação de "viveiro de empresas" na área comercial e formação, pretende-se proporcionar aos jovens empreendedores de Celorico de Basto as condições físicas de suporte à criação da sua primeira empresa.

Mapa 17 - Ações do PARU de Celorico de Basto previstas para a ARU do Centro Tradicional



Fonte: GeoAtributo, 2016.

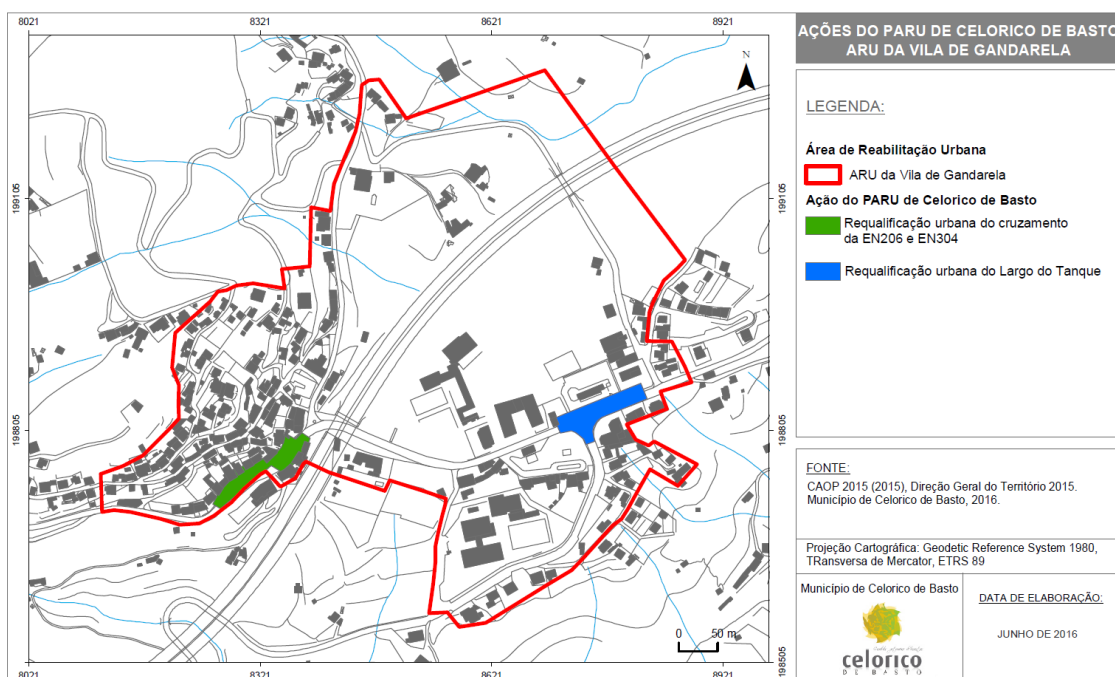
Existem ainda quatro ações complementares, nomeadamente a requalificação da rua de Camões, do Passeio Público (Praça em frente ao tribunal) e da Travessa da Rua Alta e ainda reabilitação da Antiga Cadeia (edifício do Tribunal Judicial), ações que têm como objetivo reorganizar, formal e funcionalmente, a malha urbana central de Celorico de Basto.

ARU 3 - Vila da Gandarela

Este aglomerado urbano tornou-se um importante centro de influência, tendo sido a rede viária o impulsionador principal do seu crescimento, pois o encontro da EN206 e 304 foi o que deu origem a este núcleo urbano. Tendo isto em atenção, o Município definiu como ação prioritária para este plano, a requalificação urbana do cruzamento da EN206 e EN304, com o objetivo de redefinir a solução urbana em termos viários e de desenho do espaço público do cruzamento. Tratar-se-á de redesenhar o espaço público e a articulação dos percursos pedonais com o percurso automóvel, por uma questão de segurança rodoviária.

É ainda prioritária a requalificação urbana do Largo do Tanque, intervenção que proporcionará à vila da Gandarela uma área mais qualificada, segura e confortável pela valorização do espaço central através da reestruturação do espaço público do largo.

Mapa 18 - Ações do PARU de Celorico de Basto previstas para a ARU da Vila de Gandarela



Fonte: GeoAtributo, 2016.

Existem, ainda, ações complementares que visam dar seguimento à requalificação urbana no cruzamento dos dois eixos e do Largo do Tanque. Assim, existe a intenção de requalificar o “Casco Antigo” de Gandarela, pois é hoje um espaço degradado que desqualifica a imagem da vila, reabilitar o Largo do Coreto e a envolvente da Capela de Nossa Senhora de Oliveira e, ainda requalificar os edifícios da antiga escola primária e da junta de freguesia.

ARU 4 - Vila de Fermil

A vila de Fermil, por ser um dos centros urbanos com maior importância no concelho, tem sido objeto preferencial de investimentos municipais destinados a reforçar a sua centralidade e dotação de equipamentos. Mas, apesar de todo o investimento, atualmente existem ainda espaços na vila que necessitam de ser requalificados, já que não possuem qualquer tratamento urbanístico.

Porém, apesar do Município de Celorico de Basto não ter definido nenhuma ação prioritária para esta área, aparece neste plano um conjunto de ações complementares que visam dar continuidade aos investimentos aplicados. Assim, existe a intenção de requalificar o largo e o bairro do Fundo da Feira, reabilitar a rua Trás do Quintais e a rua Capela e ainda requalificar os edifícios da antiga escola primária e da Associação Cultural e Recreativa de Fermil, dotando-os de melhores infraestruturas e mais valências, adaptadas às necessidades atuais.

ARU 5 - Centro Urbano de Mota

À semelhança da ARU Vila de Fermil, neste PARU não foram definidas ações prioritárias para o centro urbano de Mota. Contudo, como ação complementar principal é intenção do Município requalificar um edifício degradado para a instalação de serviços de proximidade, com o objetivo de se criar uma plataforma física de serviços, permanente ou temporária, que concretize a política municipal de descentralização dos serviços e de aproximação dos mesmos à população.

ARU 6 - Aldeia do Castelo – Antiga Villa de Basto

As intervenções a aplicar na ARU da Aldeia do Castelo, tem como intenção preservar e valorizar a identidade da antiga *Villa de Basto*, e através do aproveitamento dos recursos naturais e arquitetónicos, melhorar a sua atratividade e potenciar o seu desenvolvimento económico e social.

Nesta visão, neste plano encontra-se definido um conjunto de ações complementares, nomeadamente a requalificação do espaço público dos acessos ao Castelo de Arnoia e à “Forca”, requalificação da envolvente do Tanque Público, e por fim a requalificação do conjunto edificado, em particular os edifícios que, outrora, detinham funções de utilidade pública e de serviços à comunidade e que hoje são privados.

Estas ações têm em vista a valorização do património arquitetónico, a criação de condições favoráveis ao turismo, possibilitando assim o incentivo de novas atividades complementares, a atração de antigos e/ou

novos residentes que contribuam para a inversão da tendência crescente de desertificação da aldeia e, por fim, o aumento do fluxo de visitantes.

Por fim, é ainda uma ação prioritária para o Município de Celorico de Basto, a elaboração de um estudo associado à melhoria da qualidade do ar e à redução do ruído e à qualidade de vida em meio urbano.

Em termos globais as ações previstas no PARU de Celorico de Basto correspondem a um total de investimento público de 1.718.942 euros. A execução do total da estimativa orçamental proposta neste PARU materializar-se-á, até ao ano de 2023, na criação de cerca de 23.820,89 m² de espaço público reabilitado e de 1.389,65 m² de edifícios públicos ou comerciais intervencionados.

Porém, tendo em atenção o elevado número de edificações em mau estado de conservação presentes nas seis ARU, inclui-se ainda a ação de intervenção no edificado privado, como suplemento à requalificação do espaço público, cuja intervenção será assegurada por privados ou entidades particulares.

Importa apenas mencionar, que o município de Celorico de Basto tem a intenção de disponibilizar 5% da sua dotação orçamental no âmbito deste PARU para o instrumento financeiro (Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas), o que poderá representar mais uma ferramenta de reforço ao processo de requalificação urbana.

Com a execução de todas as ações previstas no presente plano, pretende-se aumentar o nível de satisfação dos residente e utilizadores das áreas intervencionadas, e para tal o município aponta para 2018 que o grau de satisfação seja 2 valores em 10 e em 2013 aumente para 4 valores.

2. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Num concelho onde se pretende afirmar os quatro núcleos urbanos estruturante e, ainda, potenciar o turismo na Aldeia do Castelo, torna-se necessário construir um ambiente urbano de primazia, das e para as pessoas. Desta forma, o PARU de Celorico de Basto considera um conjunto vasto de ações cuja realização e resultados contribuem para atingir as metas propostas no Eixo Prioritário 4 – Qualidade Ambiente, no âmbito do Programa Portugal 2020.

O espaço público é o elemento transversal a todas as ações como palco da vivência do espaço urbano e de atuação da comunidade. Com a implementação das ações previstas no PARU, o Município pretende incrementar o grau de satisfação dos residentes, sobre o território que habitam, pelo que se mostra essencial ouvir a população para melhor avaliar o decorrer de todo o processo e no final a sua realização global.

Neste seguimento, a avaliação será efetuada em três momentos, numa fase inicial do processo, num segundo momento em 2018, no decorrer do PARU, e em 2023 quando terminada toda a operação de regeneração urbana. Estes momentos coincidirão com os períodos de avaliação do PO do Norte 2020, e desta forma servirão também para monitorizar o cumprimento das metas propostas no programa.

Alguns dos indicadores a avaliar serão os de realização propostos na P.I 6.5, nomeadamente os “espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas” e os “edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas”. Esta avaliação será realizada com recursos à informação existente nos mapas de realização dos projetos, possibilitando a auscultação do seu cumprimento e a necessidade de reajuste caso seja diagnosticada.

Outro indicador a ser aplicado será o de resultado, que corresponde ao “aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano”. De facto, a experiência mostra que um espaço público requalificado eleva o grau de satisfação das pessoas, pois existência de um espaço bem definido produz um ambiente urbano cada vez melhor, impulsando a melhoria da qualidade de vida dos residentes.

Contudo, para avaliar eficazmente este indicador, serão aplicados inquéritos a uma amostra representativa de população alvo, por forma a garantir a capacidade da avaliação e uma margem de erro tolerável na análise dos dados. Porém, tendo em consideração a calendarização das intervenções, não será esperado que, num primeiro momento de avaliação, os resultados se revelem suficientemente satisfatórios, dado que, no arranque de toda a operação não é possível de imediato diagnosticar significativas melhoras ou mudanças.

A monitorização da atividade dos privados será, também, integrada como indicador complementar na avaliação. Para tal serão utilizados os processos de licenciamento de reabilitação submetidos à Câmara Municipal, de forma a perceber o seu estado de desenvolvimento e o número de edifícios intervencionados dentro de cada ARU ao longo de todo o processo.

É ainda do interesse do Município ir seguindo e incorporando o *feedback* de todos os atores no processo de regeneração urbana, nomeadamente através da Comissão de Acompanhamento e de outros parceiros envolvidos na operação.

Concluindo todas as ações previstas no PARU contribuirão para o aumento do bem-estar das populações, para a atenuação dos contrastes sociais e territoriais a nível regional e para a promoção de condições de desenvolvimento urbano sustentável.

MODELO DE GOVERNAÇÃO

1. INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE LIDERANÇA E

PARTICIPAÇÃO

A execução PARU pretende enquadrar, não apenas os desígnios da política municipal, mas também as diretrizes dos Programas Operacionais quer ao nível da NUT III, através do Plano Estratégico Integrado de Desenvolvimento Territorial (PEIDT), como da região Norte, no Programa Operacional Norte através do Eixo 4, quer à escala nacional com o Programa Portugal 2020.

O PARU medeia e concentra, quer as diretivas dos níveis hierárquicos superiores, quer as pretensões municipais. Desta forma, importa desenvolver um modelo de governação com uma estrutura de gestão que assegure a continuidade e execução das diretrizes superiores com eficácia e eficiência, incorporando os princípios da boa gestão dos recursos financeiros, com tradução no apoio ao desenvolvimento de iniciativas que permitirão atingir os objetivos definidos na estratégia de desenvolvimento urbano de Celorico de Basto.

Neste seguimento, acreditando que a Câmara Municipal de Celorico de Basto se encontra habilitada a exercer a gestão e governação do PARU, desenha-se um modelo de governação organizado em função de:

- Um nível de **gestão política e estratégica**, que visará a coordenação e articulação das ações, quer intraplano, quer com outras ações em curso ou a promover pelo Município, bem como a concertação e articulação estratégica e operacional com entidades externas. Igualmente, esta gestão política e estratégica responsabilizar-se-á pela coordenação geral do plano, focalizada na responsabilidade direta do Presidente do Município e, sempre que tal entendido pelo mesmo, numa comissão de acompanhamento;
- Uma **equipa estratégica – operacional** centrada na equipa de Vereadores e coordenador operacional do PARU, em articulação direta, o qual apoiará a equipa estratégica - operacional;
- Um **coordenador técnico e operacional do PARU** que se focalizará em quatro funções dominantes: articulação com a gestão política e estratégica; a coordenação operacional com outros projetos municipais e outras realidades; operacionalizar e acompanhar a execução do PARU e coordenar/promover as atividades de comunicação e publicidade;
- Quatro **áreas/núcleos de gestão operacional**, a saber (i) administrativa e financeira, (ii) seleção, execução e acompanhamento de candidaturas, (iii) monitorização e (iv) avaliação do plano;

- Quatro **unidades operacionais** associadas às quatro áreas da gestão operacional, com o núcleo de seleção, execução/acompanhamento das candidaturas dividido em duas unidades autónomas de modo a salvaguardar níveis de transparência e independência elevados.

Como já foi supramencionado, a gestão operacional segmentar-se-á em quatro núcleos distintos. O **núcleo de gestão administrativa e financeira**, centralizado na divisão de contratação pública e gestão de financiamentos, visará o processamento administrativo e financeiro da candidatura, bem como a participação no controlo interno da execução financeira das operações.

O **núcleo de gestão operacional** dividir-se-á em duas áreas operacionais: a análise e seleção de operações que configurará o papel de executor/beneficiário; e a execução e acompanhamento físico e financeiro das operações que verificará o progresso das operações, elaborará relatórios de execução e possibilitará informação para a quantificação dos indicadores de realização e resultado.

O **núcleo de monitorização**, que terá, como grandes atividades a criação e manutenção de um sistema de monitorização holístico de todo o processo.

Por fim o **núcleo de avaliação** (a afetar externamente ao Município, de modo a garantir um distanciamento do processo e um grau elevado de independência e transparência do respetivo trabalho), será responsável pela implementação de um plano de avaliação do plano, trabalhando diretamente com o coordenador operacional do PARU.

Resumidamente o modelo de governação do Município de Celorico de Basto assenta em vários níveis, definidos no quadro seguinte.

Quadro 7 - Estrutura de modelo de governação

ESTRUTURA	EXECUÇÃO
Gestão política e estratégica	Presidente da Câmara
Equipa estratégica- operacional	Vereador (e técnicos)
Coordenador Técnico e operacional do PEDU	Vereador ou um Técnico
Núcleos de Gestão Operacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administrativa e financeira - Seção de Obras Municipais da Divisão de Obras Municipais; ▪ Seleção execução e acompanhamento de candidaturas - Departamento de Planeamento – Gabinete de Fundos Comunitários; ▪ Monitorização - Departamento de Planeamento e Divisão de Gestão Urbanística, Ambiente e Recursos Naturais; ▪ Avaliação - Entidade externa.
Unidades operacionais e secretariado técnico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão administrativa, jurídica e financeira;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise e seleção de candidaturas (gestão operacional e executiva); ▪ Unidade de execução e acompanhamento da operação (gestão operacional e executiva); ▪ Monitorização e avaliação (a avaliação será uma entidade externa ao Município).
--	--

Fonte: Município de Celorico de Basto, 2016.

Embora inseridas no mesmo organigrama funcional, estes quatro núcleos de gestão operacional serão asseguradas por três unidades orgânicas do Município autónomas e independentes, possuindo, cada uma delas, uma equipa técnica específica, dirigentes e decisores políticos sem sobreposição de ações e competências. A organização das funções dentro das diferentes divisões da Câmara Municipal de Celorico de Basto está claramente definida como de seguida se elenca:

1. A **Seção de Obras Municipais da Divisão de Obras Municipais** encontra-se encarregue do procedimento administrativo, submissão de candidaturas, elaboração de pedidos de pagamento;
2. O **Departamento de Planeamento – Gabinete de Fundos Comunitários** está encarregue da seleção de operações e respetiva preparação e fundamentação que estabelece a ligação com outras unidades orgânicas;
3. A **Divisão de Obras Municipais** está encarregada da execução física e financeira da operação, acompanhamento e produção de informação necessária à verificação dos indicadores, avaliação e monitorização das operações;
4. A monitorização do plano encontra-se ao encargo do **Departamento de Planeamento e Divisão de Gestão Urbanística, Ambiente e Recursos Naturais**.



O Município de Celorico de Basto assegurará, com carácter regular e permanente, através dos seus serviços e unidades funcionais competentes, o exercício das funções de coordenação temática e gestão das unidades funcionais e secretariado técnico, assegurando a distribuição interna, tanto das funções como do processo de decisão que as boas práticas de gestão recomendam, defendendo o princípio da separação de funções e da salvaguarda de conflitos de interesses.

Em situações excecionais em que o Município de Celorico de Basto seja, também, beneficiário de uma operação, serão implementadas disposições para garantir que o princípio da separação de funções é mantido, com intervenção de peritos independentes e/ou atribuição/delegação de funções de seleção/análise/acompanhamento de operações a outros organismos intermédios, por exemplo à Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região do Tâmega e Sousa.

A cada núcleo de gestão operacional estarão atribuídas competências e funções específicas sem sobreposição de competências ou ações. Também ao nível dos recursos humanos a mobilizar, cada uma das divisões tem definido o número de técnicos a afetar a este processo de gestão e organização do PARU.

Mais do que criar novas estruturas orgânicas dentro da organização existente, pretende-se potenciar a experiência de cada um dos setores garantindo-se uma execução bem-sucedida do Plano.

2. INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento da execução do Plano deve em primeira instância ser exercido com ajustamento à estrutura do plano como facilitador da correta avaliação dos indicadores, a par disto importa ir auscultando as informações como meio privilegiado de monitorização, permitindo acompanhar o decorrer do processo e ajustar as informações em caso de necessidade.

Em contato direto com os problemas a superar e as oportunidades a realizar, o Município de Celorico de Basto assume-se como a entidade responsável mais eficiente e eficaz para gerir e executar o PARU, garantindo um adequado modelo de governação que prevê mecanismos de acompanhamento e avaliação, em articulação com os níveis hierárquicos de governação central, regional e local, potenciando a experiência, conhecimentos técnicos e contributos de todos os intervenientes relevantes no processo. Serão, por isso, desenvolvidas condições que permitam a prestação de contas, a supervisão, mas também a avaliação e auditoria de todo o processo.

Contribuindo para o acompanhamento e avaliação do setor mais estratégico do PARU, será constituída uma Comissão de Acompanhamento que facilite não apenas a reflexão estratégica, como também a

coordenação operacional. Este organismo, deverá integrar representantes relevantes das entidades locais e regionais, representantes de instituições e organismos públicos, dos parceiros sociais e económicos, da economia social, instituições de ensino, ou representantes da comunidade local. Como órgão que permite o envolvimento dos parceiros e da comunidade local/regional, as suas reuniões acontecerão com uma periodicidade semestral, auscultando os progressos alcançados, os níveis de execução, a adequação aos objetivos entre outras informações com pertinência para o decorrer da implementação. Para além disso, foram pensadas várias ações a desenvolver no intuito de melhorar a avaliação, a comunicação e a clareza de todo o processo :

1. Realização de reuniões periódicas dos órgãos estratégicos e políticos apresentados no Quadro 7;
2. Criação de uma Comissão/Equipa de acompanhamento: articulada com entidades externas deverá integrar representantes relevantes das entidades locais e regionais, representantes de instituições e organismos públicos, dos parceiros sociais e económicos, da economia social, instituições de ensino, e representantes da comunidade local. Periodicidade das reuniões: semestral;
3. Promoção de momentos de trabalho temático e reuniões alargadas;
4. Realização de relatórios regulares: execução física e financeira;
5. Realização de exercícios externos de avaliação (como mecanismos de monitorização estratégica).

Ao nível da componente operacional os mecanismos de acompanhamento e avaliação serão reforçados através da:

1. Criação de uma base de dados que agregue toda a informação física e financeira inerente à ação;
2. Definição de uma bateria de indicadores de realização e resultado que sirvam de suporte ao acompanhamento da operação;
3. Recurso ao sistema de informação do programa operacional para extração e submissão de informação;
4. Realização de reuniões de trabalho e acompanhamento físico dos projetos aprovados;
5. Criação de relatórios informativos periódicos (como pontos de situação e acompanhamento, tanto para a autoridade de gestão como para a estrutura de monitorização e avaliação);
6. Aplicação de inquéritos de avaliação da satisfação dos beneficiários;
7. Definição de um plano de comunicação e publicidade global, em articulação com toda a estrutura e meios específicos para cada operação, compilando e sintetizando evidências de execução e monitorização.

3. ENVOLVIMENTO DE ATORES

A atuação do território assenta em princípios de complementaridade e interação de todos os atores, condição *sine qua non* para o sucesso da intervenção. A governação do PARU será realizada de forma concertada considerando as intervenções dos vários níveis hierárquicos envolvidos. Ainda assim, à Câmara Municipal caberá o papel central de liderança, dirigindo todos os procedimentos e contagiando os restantes atores, mobilizando-os para a participação no processo. Como referido, em caso de conflito de interesses deve salvaguardar-se a possibilidade de delegação de competências no respeito pela segregação das funções de gestão.

No caso dos parceiros, caber-lhes-á a resposta quando solicitada, espernado-se que assegurem o cumprimento das suas funções nas intervenções que lhes competem, bem como o suporte a todo o processo num papel de complementaridade.

São vários os parceiros a considerar, desde logo a CIM Tâmega e Sousa, como ator estratégico na alavancagem do processo de regeneração urbana no plano regional, e a empresa municipal Qualidade de Basto.

Também os particulares e entidades privadas se apontam como importantes *players* no jogo da reabilitação urbana, seja pela dinamização das ações de reabilitação urbana, como complemento à intervenção no domínio público, seja como parceiros nas intervenções, como acontece com instituições e entidades privadas que têm o seu raio de atuação nos territórios alvo de intervenção (sejam IPSS, associações, entidades religiosas e desportivas etc). São exemplo disso a Cooperativa Agrícola - Casa do Agricultor e a Associação Industrial de Celorico de Basto, que se pretende que venham a atuar como parceiros importantes na reabilitação da atividade comercial.

O envolvimento destes atores estará dependente do dinamismo que o processo de atuação no território consiga gerar, concorrendo para tal o Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRU2020), que serve de estímulo à captação de interessados e à participação na reabilitação e revitalização urbanas.